

INSTITUTO DE ECONOMIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**Crise e Ajuste da Indústria da Grande São Paulo - 1980/1993:
Um Estudo do Caso da Região do ABC.**

SERGIO LUIZ DE CERQUEIRA **SILVA** 7/51 38

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de
Campinas - UNICAMP - para obtenção do título de Mestre, sob orientação do

Prof. Dr. Otaviano Canuto dos Santos Filho.

*Este exemplar corresponde ao original da
tese defendida por Sergio Luiz de Cerqueira Silva
em 08/06/94 e orientada pelo Prof. Dr. Otaviano
Canuto dos Santos Filho.*

CPG/IE, 08/06/94

ABRIL 1994



Numa noite do Islã que se chama a "Noite das Noites" abrem-se de par em par as secretas portas do céu e é mais doce a água dos cântaros; se essas portas se abrissem, não sentiria o que senti naquela tarde.

Jorge Luiz Borges, Ficções.

À memória de meu pai.

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS	1
AGRADECIMENTOS	3
APRESENTAÇÃO	4
I. A INDÚSTRIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 80: AJUSTE À ABERTURA COM RECESSÃO	7
A. Reestruturação industrial e Ajuste: os processos recentes de transformação do capitalismo nos países centrais e seus reflexos no Brasil.	7
1. Terceirização	11
2. Informatização	13
3. Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	17
B. Impactos: diminuição do emprego e aumento da produtividade	19
1. Repercussões no Emprego	19
2. O Aumento de Produtividade	21
3. Intensificação da jornada de trabalho	22
II. A AÇÃO REGULAMENTADORA DO PODER PÚBLICO	27
III. DESCONCENTRAÇÃO - DESCENTRALIZAÇÃO: ESTRATÉGIAS LOCACIONAIS A PARTIR DE 1980.	32
A. Terminologia e Referências Teóricas	32
B. Distribuição da Atividade Industrial no Estado na Década de 80	36
C. Impactos: Mudanças na Distribuição Espacial da Indústria e na sua Estrutura	46
1. Distribuição Espacial da Indústria no Estado de São Paulo	46
2. Mudanças Estruturais na Indústria da Grande São Paulo	49
IV. CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ABC	51
A. A Industrialização do ABC: Histórico	51
1. Antecedentes: a origem da região	51
2. A ferrovia e o surgimento das primeiras indústrias	52
3. A Via Anchieta e o segundo período da industrialização do ABC	58
B. A Estrutura Industrial do ABC	58
C. Desconcentração Industrial do ABC	59
1. Década de 60: o início do processo	59
2. A Desconcentração Industrial na Década de 80	63
3. Causas da desconcentração industrial no ABC	63
D. Evolução da Indústria do ABC na Década de 80	67
1. Comportamento dos Principais Ramos	69
a) Material de Transportes	69
b) Mecânica	70
c) Metalurgia	70
d) Química	71
V. PROBLEMAS DECORRENTES DA CRISE, DO AJUSTE E DA DESCONCENTRAÇÃO NO ABC	72
A. Problemas fiscais	72
B. A questão do emprego	79
VI. CONCLUSÕES	83
BIBLIOGRAFIA	86

ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

GRÁFICO/QUADRO/TABELA	PG
GRÁFICO 1: Estado de São Paulo e Restante do Brasil - Evolução do Emprego Industrial 1960/80	60
GRÁFICO 2: Estado de São Paulo: Evolução do Emprego - 1960/80 - por região	61
GRÁFICO 3: Região do ABC - Ocupados na Indústria em relação à PEA - 1985/93	82
QUADRO 1: Região Metropolitana de São Paulo - Classificação das áreas dos municípios, segundo a Lei de Proteção aos Mananciais - 1988	29
QUADRO 2: Relação dos vinte principais estabelecimentos industriais do ABC em 1937	57
TABELA 1: PIAM - Distribuição dos Estabelecimentos segundo a existência de setores de trabalho informatizados e porte	15
TABELA 2: PIAM - Distribuição dos estabelecimentos informatizados, segundo categorias de mão-de-obra envolvidas c/ inovações técnicas e porte	16
TABELA 3: PIAM - Distribuição dos estabelecimentos por existência de setor estruturado de pesquisa e desenvolvimento (P&D), segundo porte	18
TABELA 4: PIAM - Participação média de gastos com P&D em relação às vendas em 1989, segundo porte dos estabelecimentos	18
TABELA 5: Estado de São Paulo e Regiões - Evolução do Emprego 1986/91	20
TABELA 6: Brasil - Indústria - Quantum, produtividade e jornada média de trabalho	21
TABELA 7: Estado de São Paulo - Produtividade na Indústria	22
TABELA 8: Região Metropolitana de São Paulo - Valor Adicionado - Indústria de Transformação - 1980/89	41
TABELA 9: Interior do Estado de São Paulo - Valor Adicionado - Indústria de Transformação - 1980/89	42
TABELA 10: Capital - Valor Adicionado - Indústria de Transformação - 1980/89	43
TABELA 11: Outros Municípios da Região Metropolitana de São Paulo - Valor Adicionado - Indústria de Transformação - 1980/89	44
TABELA 12: Sub-região Sudeste da Grande São Paulo (ABC) - Valor Adicionado - Indústria de Transformação - 1980/89	45

TABELA 13: Região Metropolitana de São Paulo exclusive Capital e ABC - Valor Adicionado - Indústria de Transformação - 1980/89	46
TABELA 14: Região Metropolitana de São Paulo - Participação no Valor Adicionado total do Estado de São Paulo por gênero - 1980/89	47
TABELA 15: Região Metropolitana - Participação no Total do Valor Adicionado do Estado por Gênero Estrutura Industrial - 1980/89	50
TABELA 16: Região Sudeste da Grande São Paulo (ABC) Estrutura Industrial - Participação de cada gênero e grupo no total do Valor de Transformação Industrial - 1970/85	59
TABELA 17: Sub-Região Sudeste da Grande São Paulo (ABC) - Participação no VTI da indústria brasileira por grupo e gênero - 1970/85	62
TABELA 18: Brasil: Variação do PIB Total e do PIB Industrial - 1980/93	67
TABELA 19: Região Metropolitana de São Paulo e ABC - Participação na Arrecadação de ICMS do Estado de São Paulo - 1980/91	74
TABELA 20: Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Sub-Região Sudeste - Cota-parte de ICMS - 1980/91	75
TABELA 21: Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Sub-Região Sudeste - Receita Municipal Própria - 1980/91	76
TABELA 22: Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Sub-Região Sudeste - Participação da Cota-Parte do ICMS na Receita Total - 1980/91	77
TABELA 23: Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Sub-Região Sudeste - Participação da Receita Própria na Receita Total - 1980/91	78
TABELA 24: Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Sub-Região Sudeste - Receita Municipal Total - 1980/91	79
TABELA 25: Sub-Região Sudeste da Grande São Paulo - Distribuição da População Economicamente Ativa segundo a situação ocupacional - 1985/93	81

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível graças a colaboração de inúmeras pessoas a quem não poderia deixar de citar, contudo, eximindo-as dos erros e omissões contidos nesta dissertação.

Os comentários e sugestões ao projeto e à dissertação feitas pelo meu orientador Prof. Otaviano Canuto dos Santos F^o tornam-me grato e certo de que sem a sua ajuda este trabalho não seria possível.

As opiniões de Maria de Fátima Infante Araújo foram fundamentais para a realização da dissertação. Além disso, a disposição em colaborar abriu inúmeras portas. Porém, o seu apoio e incentivo como amiga foram tão importantes quanto o seu auxílio acadêmico. Sem isto, certamente esta dissertação não teria passado de um vago projeto.

Agradeço também ao prof. Barjas Negri que foi o primeiro a confirmar a viabilidade do tema como dissertação de mestrado e colocou a minha disposição as gravações de diversas entrevistas realizadas por ele em indústrias de Santo André. Outra colaboração valiosa dentro do Núcleo de Estudos Sociais Urbanos e Regionais - NESUR - foi do prof. Carlos Américo Pacheco que sugeriu a inserção da discussão de reestruturação e ajuste industrial na dissertação.

A colaboração e a amizade de Marco Antônio Cintra também foram importantes, pois sua revisão a uma das primeiras versões serviu para retirar do texto muitas incorreções e para torná-lo mais enxuto.

Durante toda a elaboração da dissertação Antônio Celso Agune chamou a atenção para diversos aspectos que passavam despercebidos.

Sem a atenção e a presteza com que sempre fui atendido pelos técnicos da Fundação SEADE e do Departamento de Estudos e Pesquisas do SENAI/SP, em especial por Tânia Regina Carneiro, a realização desta dissertação teria sido mais difícil do que foi de fato.

A pesquisa e a sinopse de jornais feitas por João Renato Brajal e por Rogério Senna foram imprescindíveis pela qualidade do resultado final.

APRESENTAÇÃO

A desconcentração industrial ocorrida na década de 70 da Região Metropolitana de São Paulo para o restante do Estado e do País foi um dos produtos do crescimento econômico daquele período. A desconcentração da indústria foi possível graças à ação do Estado que, não só concedeu vantagens fiscais para as empresas que se instalavam fora da metrópole, como também dirigiu grandes investimentos industriais e em infra-estrutura em outras regiões. Ressalte-se que a própria natureza das indústrias instaladas durante o II PND, siderúrgicas e petroquímicas principalmente, exigia isso.

A década de 80, como se sabe, foi marcada pela "estagnação-com-instabilidade inflacionária" (Canuto, 1993b: 35). A retração na demanda agregada trouxe como consequência imediata a queda nas vendas e aumento do desemprego gestando uma grande capacidade ociosa, que ao longo da década foi sendo depurada. Mudanças organizacionais, investimentos em modernização tecnológica e terceirização "enxugaram" as estruturas empresariais, reduzindo o nível de emprego e aumentando a produtividade. A Autolatina, originada da fusão Ford-Volkswagen, por exemplo, produziu em 1993 um número de veículos muito próximo do ano de 1980, porém com menos 10.000 empregos.

O crescimento econômico foi substituído pela instabilidade. Anos de crescimento como 1986 e 1987 alternaram-se com outros de profunda recessão. O ajuste a esta situação se deu em conjunto com uma série de mudanças organizacionais e tecnológicas. A amplitude destas transformações está muito aquém do que vem ocorrendo em nível internacional. De qualquer forma, colocam para a economia brasileira novas questões como o aprofundamento da heterogeneidade estrutural, o problema do desemprego, a necessidade de uma estrutura educacional de melhor qualidade, e outras. O objetivo desta dissertação é estudar como os municípios industriais da Grande São Paulo foram atingidos por esses processos.

No primeiro capítulo levantamos algumas características presentes da reestruturação industrial nos principais países desenvolvidos e a maneira diferenciada com que este fenômeno refletiu na economia brasileira. No Brasil, a "reestruturação" da indústria não foi tão abrangente quanto a dos países capitalistas centrais. Neste sentido, o termo mais adequado para definir as mudanças sofridas pela economia brasileira no final da década passada e começo da atual é ajuste. Neste capítulo apresentamos dados referentes à alguns aspectos desta "reestruturação industrial à brasileira" na Grande São Paulo. Finalizando esta parte analisamos as suas conseqüências do ponto de vista do emprego, produtividade e jornada de trabalho na indústria da Região Metropolitana.

O segundo capítulo busca analisar a ação do Estado, a partir da década de 70, no sentido de tolher o crescimento das atividades industriais na Região Metropolitana de São Paulo a partir de uma legislação ambiental cada vez mais restritiva.

"Desconcentração - Descentralização: estratégias locacionais a partir de 1980" é o título do terceiro capítulo onde tentamos compreender as mudanças locacionais da indústria metropolitana a partir das transformações estruturais das empresas e da ação do poder público. Antes apresentamos um sumário da terminologia presente nos estudos de economia regional no Brasil nas últimas décadas.

Os dois últimos capítulos são dedicados à análise específica do caso da sub-região Sudeste da Grande São Paulo. Formada por sete municípios, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, a região é conhecida pela abreviatura das três primeiras letras dos municípios originários da região. Nesta dissertação quando nos referirmos à esta sigla estaremos tratando da sub-região Sudeste como um todo.

Na região do ABC, a crise econômica deu maior visibilidade à própria desconcentração que já vinha ocorrendo desde o final da

década de 60. Ao mesmo tempo, o surgimento de uma atividade sindical intensa levou alguns analistas a associar os dois fenômenos. Nesta dissertação defendemos que diversos outros fatores contribuíram para a desconcentração industrial e que o desemprego na região não pode ser atribuído a uma "fuga" de indústrias ocasionado pelos ganhos salariais obtidos pelo sindicalismo, mas sim à conjunção dos processos de recessão, ajuste e desconcentração industrial.

O capítulo IV analisa a estrutura industrial, o peso do ABC no total da indústria do Estado e do País e a evolução da economia do ABC na década de 80 e no início da seguinte. Tenta-se compreender o comportamento da indústria da região à luz dos processos analisados nos capítulos precedentes: ajuste, desconcentração e recessão.

Para os municípios e para a população do ABC todas essas transformações trouxeram impactos no nível de emprego industrial e nas receitas fiscais. Estas questões serão tratadas no capítulo V.

I. A INDÚSTRIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 80: AJUSTE À ABERTURA COM RECESSÃO

A. Reestruturação industrial e Ajuste: os processos recentes de transformação do capitalismo nos países centrais e seus reflexos no Brasil.

A crise dos anos 70 nos principais países industrializados, cujas razões não cabe aqui discutir, representou o início de um processo de reestruturação industrial, intensificado na década seguinte, cujos resultados em termos de estrutura industrial, emprego, tecnologia e organização do trabalho talvez venham a ser tão significativos quanto os proporcionados pela Segunda Revolução Industrial (1870-1896), pois o processo ainda não se completou. As modificações na dinâmica produtiva capitalista nestas duas últimas décadas não se resumem à introdução de novas tecnologias de processo e de produtos. Estas estão intimamente associadas às novas formas de gestão e a uma nova divisão do trabalho em escala mundial.

O complexo eletrônico esteve à frente destas mudanças. As características do novo padrão foram resumidas da seguinte forma por Coutinho (1992: 71): "(1) peso crescente do complexo eletrônico; (2) um novo paradigma de produção industrial; (3) revolução nos processos de trabalho; (4) transformação das estruturas e estratégias empresariais; (5) as novas bases de competitividade; (6) a "globalização" como aprofundamento da internacionalização; (7) as "alianças tecnológicas" como nova forma de competição".

O peso crescente do complexo eletrônico, tendendo inclusive a fundir-se com o setor de bens de capital e constituir um complexo mecatrônico (Coutinho, 1992: 72), tem modificado de maneira rápida os processos de produção industrial fordista e eletromecânica para processos baseados na eletrônica digital ou computadorizados onde é possível programar a produção. Na verdade, estas alterações têm

trazido grandes alterações na organização do trabalho e uma nova forma de produzir chamada de automação flexível.

A automação flexível se basearia em alguns elementos introduzidos pelo complexo eletrônico e intensivamente utilizados pela indústria japonesa. O básico destes novos processos produtivos é a capacidade das empresas modificarem as suas linhas de produção de maneira muito rápida. Desta forma, a produção em massa do período fordista está sendo substituída pela produção de pequenos lotes diferenciados, o que significaria uma redefinição das economias de escala, que passariam a ser calculadas tendo em conta esta nova característica. Processos automatizados controlados por computadores, mão-de-obra com bom nível de escolarização, técnicas de controle de estoque just in time, jornadas de trabalho flexíveis, permitem a rápida transformação das linhas de produção⁽¹⁾. Ao mesmo tempo, um número menor de níveis hierárquicos proporciona uma comunicação ágil entre a direção e os trabalhadores na produção e vice-versa.

Segundo Tavares (1993a), a reestruturação industrial avança de maneira desigual nos países desenvolvidos. O Japão é o que conseguiu maior sucesso na sua estratégia de reestruturação, seguido pela Alemanha, que mesmo sem concorrer na indústria eletrônica de consumo e de informática, logrou manter-se na liderança em bens de capital, química fina e instrumentos de precisão. Estes países alavancaram seus êxitos industriais em sistemas bancários que interpenetravam-se com o setor produtivo. Este foi o fator fundamental da lideranças destes países em seus respectivos blocos de influência, Ásia e Europa. O restante da Comunidade Européia apresenta diversos graus no processo de reestruturação.

1 "A produção assistida por computador amplia consideravelmente as possibilidades de gerir em tempo real os estoques requeridos por cada operação, seguindo as necessidades da produção na fábrica, a qual pode ser otimizada segundo a intensidade da demanda intermediária e final. Do mesmo modo, ela amplia a possibilidade de otimizar o processo entre seções de trabalho separadas, permitindo otimizar também o planeamento de cada seção." (Lipietz e Leborgne, 1988: 17).

O caso americano é mais complexo. Ao mesmo tempo que seu sistema industrial parece decadente, os EUA conseguem captar recursos de todo o mundo devido ao seu papel de centro financeiro internacional. Ademais, "o potencial científico e militar dos EUA continua dominante e a dimensão transnacional de sua economia mantém o 'espaço norte-americano' como decisivo para a reestruturação das regras do jogo global, mesmo em caso de crise mundial" (Tavares, 1993a: 50). Por causa disso, o atraso tecnológico da indústria americana em relação à Alemanha e Japão deve ser visto como transitório.

No Brasil, ao contrário do que ocorreu nos principais países industrializados, o ajuste não resultou em um processo intenso de reestruturação industrial como descrito sinteticamente acima. Na indústria brasileira esta reestruturação produtiva se resume a investimentos mínimos na tentativa de enfrentar a concorrência proporcionada pela maior abertura externa. Neste caso, por não comportar alterações profundas na organização do trabalho e da produção, o conjunto de mudanças ocorridas na indústria desde a segunda metade dos anos 80 e intensificadas com a maior abertura às importações, a partir do governo Collor, serão qualificadas como ajuste.

Ao cenário macroeconômico da década de 80 - altas taxas de inflação, instabilidade, baixos investimentos públicos - somou-se à ausência de uma política industrial e tecnológica condizente com a nova situação internacional. Nas palavras de Suzigan (1992: 91):

"Com isso cristalizou-se uma conformação estrutural caracterizada por acentuadas heterogeneidades tecnológicas e estruturais e por fraca capacidade de inovação, que hoje representam óbices importantes à retomada do desenvolvimento industrial vigente".

Na realidade o objetivo das empresas brasileiras, vis a vis ao que vem ocorrendo nos países centrais, é bem mais modesto e está resumido nestas palavras de Tavares (1993b: 110):

"Ameaçadas pela recessão e pelas perspectivas de diminuição da proteção cambial e tarifária, as grandes empresas reagiram, tentando pela primeira vez um ajuste microeconômico que confirma a recessão e o desemprego, mas busca a modernização com vistas a seguir resistindo nos mercados internacionais. A especialização visando maior eficiência, não tem conseguido, contudo, um impacto sistemático e está se fazendo em nível de empresas e produtos com características de uma reestruturação nitidamente redutora de custos microeconômicos".

Este ajuste pode ser compreendido a partir de três vetores principais de mudanças organizacionais: desverticalização e especialização, terceirização e "mudanças organizacionais e gerenciais" rumo ao Controle Total de Qualidade (Canuto, 1993b: 47-48). A desverticalização tem implicado no maior coeficiente de importação, principalmente de insumos de maior conteúdo tecnológico (op cit: 47). A terceirização será melhor analisada abaixo e as tais "mudanças organizacionais" estão ainda circunscritas ao interior de cada firma e não foram complementadas por investimentos na "automação flexível", fundamentais para o sucesso da estratégia.

A questão do investimento em novos equipamentos não pode ser minimizada. As mudanças organizacionais enunciadas acima são, como afirma Canuto, pré-requisitos para a automação flexível. No entanto, não há, no caso das empresas brasileiras, nenhum sinal de que novos equipamentos serão introduzidos no curto prazo. A estagnação do mercado interno continua sendo o fator determinante das decisões empresariais (Canuto, 1993b: 48).

No Brasil esta "reestruturação" no Brasil pode ser resumida num enxugamento dos quadros funcionais das empresas possível a partir da introdução de novas formas de gestão que permitam ganhos de produtividade com poucos investimentos e prescindam de gastos em treinamento e requalificação da mão-de-obra. Por exemplo, os resultados de uma pesquisa realizada em 1992 por R. Bielschowsky junto a 55 empresas transnacionais instaladas no Brasil apud

Canuto (1993b: 46-47), indicaram que 80% destas empresas demitiram acima de 10% de seus empregados entre 1990 e 1991. A média esteve em torno de 20%. Por isso optamos pelo termo ajuste.

A seguir analisaremos alguns aspectos deste ajuste (2).

1. Terceirização

Um dos pontos mais difundidos no processo de ajuste à abertura comercial presentes na indústria brasileira é a terceirização que é definida como a contratação junto a terceiros de produção e serviços que antes eram realizados pela própria empresa. As empresas buscam na terceirização **focalizar** suas atividades em algumas áreas, onde detêm know how e escalas produtivas ótimas, desfazendo-se de setores com capacidade ociosa ou onde não têm uma escala ótima ou, ainda, setores que não façam parte das atividades principais.

A terceirização iniciou-se em áreas não afins ao tipo de produto ou serviço produzido pela empresa. Ou seja, a terceirização começou nas **atividades-meio**: serviços de vigilância, manutenção, limpeza, contabilidade, transporte de cargas e de mão-de-obra. Estes serviços, por não estarem diretamente relacionados com as **atividades-fim** da empresa, geravam custos indiretos que poderiam ser reduzidos. A empresa desprendia-se não só do custo de administração de serviços nos quais não era "especializada", como também desonerava-se dos encargos trabalhistas destas atividades. Estes, não se deve esquecer, além dos encargos sociais legais, incluem as vantagens extra-salariais concedidas pelas empresas aos seus operários formais, através de luta sindical ou não. Porém, o aprofundamento do ajuste alargou o espectro de atividades terceirizadas, que antes se resumiam a serviços de apoio ligados à produção. A terceirização passou a atingir a própria produção

2 Infelizmente só dispomos de dados consolidados sobre alguns aspectos deste ajuste: terceirização, informatização e gastos em P&D. Duas outras características importantes, a automação industrial e a diminuição nos cargos de chefia e supervisão, ficarão de fora deste trabalho em virtude da ausência de informações consolidadas, seja para a indústria brasileira como um todo, seja para a indústria metropolitana, objeto de estudo deste trabalho.

industrial. Muitas empresas desativaram setores como o de ferramentaria e passaram a contratá-los de terceiros.

As razões apontadas como determinantes destes processos são três. Em primeiro lugar, a terceirização possibilita a flexibilidade da empresa para aumentar ou diminuir o nível de emprego e dessa forma reagir mais rapidamente às variações da demanda, o que na última década foi uma constante. Em segundo lugar, ao reduzir a amplitude das atividades a empresa passa a realizar um número menor de processos, ampliando a eficiência nos controles de custos, desempenho e qualidade. Finalmente, em terceiro lugar, permite maximizar os ganhos financeiros, à medida que possibilita converter capital imobilizado em recursos líquidos a serem aplicados no mercado financeiro, simultaneamente à redução dos custos fixos (Pesquisa DIEESE, 1993: 12). Ao mesmo tempo, abre a possibilidade para o surgimento de pequenas e médias empresas responsáveis por estes serviços, pouco capitalizadas e, por isso, com menores receitas financeiras.

O avanço da terceirização, como não poderia deixar de ser, tem suscitado a reação dos sindicatos, pois provocou a queda no nível de emprego formal, redução dos salários reais e diminuição da base sindical. Duas pesquisas realizadas pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio Econômicas (DIEESE) sobre a terceirização servem para medir o grau de disseminação desta estratégia na indústria brasileira. Ambas utilizaram-se de informações colhidas junto às comissões de fábrica. A primeira teve amplitude nacional e a outra, desenvolvida pela sub-seção do DIEESE do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, limitou-se à região do ABC.

Na pesquisa nacional, o DIEESE levantou informações de 40 empresas de diversos setores onde já havia alguma atividade terceirizada: bancário, metalúrgico, eletricitário e outros, predominando o setor industrial localizado na região Sudeste. A grande maioria das empresas, 62,5%, terceirizou atividades de apoio e produção. A outra parte, 35%, havia terceirizado somente atividades de apoio. Apenas uma empresa, no caso 2,5% da amostra,

terceirizou apenas atividades produtivas (Pesquisa DIEESE, 1993: 17).

Entre as empresas pesquisadas a terceirização predominou nas seguintes atividades de apoio:

Faxina e limpeza: 62,5%

Segurança e portaria: 47,5%

Transporte: 40%

Restaurante: 40%

Manutenção: 40%

Projetos e engenharia: 15%

A situação é análoga na pesquisa realizada no ABC: a terceirização é mais difundida nas atividades de apoio, avançando, no entanto, nas funções de produção, tais como a ferramentaria. O peculiar no caso do ABC é que a reação sindical tem sido bem-sucedida, senão no impedimento do processo, ao menos em seu controle negociado. Os acordos obtidos por algumas comissões de fábrica (CF) - Volkswagen, Mercedes, Ford - exigem que as empresas negociem antes de terceirizar qualquer atividade. Nenhuma outra categoria conseguiu até agora algo similar. Basta consultar as cláusulas relativas à terceirização obtidas em diversos acordos coletivos levantados pelo DIEESE (Pesquisa DIEESE, 1993: 26) ⁽³⁾.

2. Informatização

O SENAI de São Paulo realiza periodicamente estudos visando levantar as características de seus setores contribuintes seja no Estado, seja na Região Metropolitana de São Paulo. Um destes estudos é a Pesquisa Industrial por Amostragem (PIAM), cuja última versão foi realizada em 1990 abrangendo apenas a Região Metropolitana.

3 O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC inclusive realizou em outubro de 1992 um seminário específico sobre a questão.

A PIAM tem como objetivo analisar alguns aspectos relativos à qualificação da mão-de-obra empregada pela indústria. Em razão disto a sua distribuição amostral privilegia as empresas médias e grandes. A distribuição amostral é a seguinte:

Porte dos Estabelecimentos	Nº de Estabe- lecimentos	Total da mão-de-obra
Pequeno (de 5 a 99 funcionários)	157	8 196
Médio (de 100 a 499 funcionários)	263	70 878
Grande (mais de 500 funcionários)	210	316 124

A publicação "Perfil das Atividades Econômicas Vinculadas ao SENAI" de dezembro de 1991, que apresenta os dados desta última pesquisa, traz dados sobre o impacto da informatização no emprego e qualificação da mão-de-obra dos diversos setores de trabalho.

O grau de informatização cresce, como era de se esperar, segundo o porte das empresas para todos os setores de trabalho analisados ⁽⁴⁾, como pode ser observado na Tabela 1. O setor menos informatizado constitui o de manutenção, seguido pelo de ferramentaria. Por sua vez, a informatização das administrações chegava à 91,7% no caso das grandes empresas.

A Tabela 1 mostra ainda que além de crescer segundo o porte das empresas, a informatização é pouco difundida em setores operacionais: produção, ferramentaria, manutenção e controle de qualidade (exceto no caso de grandes empresas). A informática penetrou mais em setores de apoio à produção e administrativos (planejamento, assistência técnica, suprimento, marketing, vendas e administração), setores onde o investimento necessário não era muito elevado e a qualificação dos trabalhadores permitia. A

4 Note-se que nem todas as empresas têm todos os setores pesquisados. Por exemplo, foram pesquisadas 157 pequenas empresas, porém apenas 26 contavam com setor de ferramentaria.

introdução de máquinas com comando numérico na produção exige investimentos em equipamentos e softwares muito maiores do que informatizar um setor como o de compras com microcomputadores e softwares bastante difundidos. A Tabela 2 mostra que a mão-de-obra operacional é a menos envolvida com inovações técnicas.

TABELA 1

PIAM - Distribuição dos estabelecimentos segundo a existência de setores de trabalho informatizados e porte

Setores de trabalho	Pequeno			Médio			Grande			TOTAL		
	Sim %	Não %	Total (N)	Sim %	Não %	Total (N)	Sim %	Não %	Total (N)	Sim %	Não %	Total (N)
Produção - operação	5,8	94,2	155	17,8	82,2	258	44,5	55,5	209	23,8	76,2	622
Produção - ferramentaria	3,9	96,1	26	10,0	90,0	110	35,7	64,3	115	21,1	78,9	251
Produção - controle de qualidade	5,2	94,8	58	16,6	83,4	187	50,3	49,7	169	28,7	71,3	414
Manutenção	-	100,0	89	2,9	97,1	242	30,0	70,0	207	12,8	87,2	538
Planejamento (*)	34,3	65,7	35	54,7	45,3	170	82,0	18,0	178	65,5	34,5	383
Assistência técnica (*)	12,5	87,5	16	19,5	80,5	82	51,0	49,0	96	34,5	65,5	194
Suprimento (*)	12,9	87,1	62	43,2	56,8	199	77,3	22,7	181	52,9	47,1	442
Marketing/vendas (*)	31,2	68,8	80	59,4	40,6	187	87,1	12,9	155	64,2	35,8	422
Administração (*)	41,5	58,5	147	85,2	14,8	256	91,7	8,3	205	76,8	23,2	608
Outros	-	-	-	66,7	33,3	9	71,4	28,6	14	69,6	30,4	23

Fonte: SENAI - SP - DPEA/PIAM - 1990

(N) - Número de casos.

(*) Setores de apoio a produção.

Um dos obstáculos para a reestruturação industrial do Brasil se encontra no setor educacional (Salm & Fogaça, 1992). Não se trata de qualificação, strictu sensu, mas de escolarização. Ou seja, as novas tecnologias exigem trabalhadores até menos qualificados, no sentido de treinamento para exercer determinadas funções específicas, porém com uma formação escolar básica muito superior à que é fornecida na rede escolar brasileira. O novo padrão tecnológico requer trabalhadores com capacidade de

compreender todo o processo produtivo e interferir nele. No entanto, para isso é imprescindível uma escolarização básica superior à atual.

A pesquisa evidencia os impactos da informatização sobre os níveis de qualificação, por setor de trabalho. Em todos os setores a informática exige trabalhadores mais qualificados. No entanto, quando se referem à administração, cerca de um terço das empresas respondeu que o nível de qualificação não se altera com a informatização.

TABELA 2

PIAM - Distribuição dos estabelecimentos informatizados, segundo categorias de mão-de-obra envolvidas com inovações técnicas e porte

Categorias de Mão-de-obra	PORTE							
	Pequeno (N=69)		Medio (N=227)		Grande (N=196)		TOTAL (n=492)	
	Sím	Não	Sím	Não	Sím	Não	Sím	Não
Operacional (*)	10	59	62	165	123	73	195	297
Técnica	14	55	107	120	161	35	282	210
Superior	6	63	87	140	149	47	242	250
Administrativa	65	4	221	6	190	6	476	16

Fonte: SENAI/SP - DPEA/PIAM - 1990

(*) Trata-se da mão-de-obra direta ou indiretamente ligada à produção, aqui entendida em sentido amplo, englobando também manutenção e apoio técnico (excluídos os trabalhadores braçais)

Há também disponíveis dados a respeito da utilização de serviços externos na área de informática. A maioria das empresas (62,5%) declarou não utilizar este tipo de apoio ou usar apenas serviços de outros estabelecimentos da própria empresa. Mesmo assim, os dados mostram que grande parte das pequenas e médias empresas (38,2% e 40,7%, respectivamente) utilizam-se de terceiros na área de informática. Isto significa, em especial no caso das pequenas, que empresas que informaram não haver introduzido a informática nem sequer em seus serviços administrativos e de apoio, não podem prescindir dela, sendo obrigadas a recorrer a terceiros.

3. Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

O atraso tecnológico da indústria brasileira, sentido inclusive nos anos de intenso crescimento das décadas de 50 a 70, mas minimizados pela presença de capitais industriais estrangeiros e pela possibilidade de aquisição de tecnologia, nos anos 80 passou a gerar maiores preocupações. Em primeiro lugar, porque a estagnação tecnológica do parque industrial brasileiro alargou a distância que o separa dos países industrializados, dadas as profundas transformações pelas quais estes vêm passando. Em segundo lugar, a tecnologia passou a ter um papel muito mais relevante em termos de determinação das condições de competitividade da indústria. As dificuldades para um país periférico foram resumidas desta forma por Canuto (1993a):

"Ao longo da "linha de menor resistência", o aprofundamento industrial tardio, mediante investimento direto externo ou aquisição comercial de tecnologia de fabricação (seja por aceitação externa a restrições a investimento direto, seja por baixa taxa de lucro prospectiva para o uso internalizado pelo proprietário), vai se tornando crescentemente difícil.(...) A partir de certos patamares, a continuidade do upgrading supõe que o aprendizado produtivo tenha se feito acompanhar por formação de capacidades inovativas (...). Sem autonomia inovativa, os limites da indisponibilidade da tecnologia mais avançada não poderão ser sobrepujados".

No Brasil, a pesquisa científica e tecnológica, apesar de suscitar a preocupação de inúmeros setores da sociedade, em especial da comunidade científica, não tem recebido um tratamento adequado nem do Estado e nem de empresários. Da parte governamental houve quase um abandono do setor pelo corte dos gastos na área de Ciência e Tecnologia (C&T), exceto no período de 1986 a 1989, quando o Ministério de Ciência e Tecnologia realizou esforços significativos no sentido de reverter o quadro (Suzigan, 1992).

Já no setor privado não houve nenhum esforço de capacitação tecnológica. A PIAM de 1990 realizada pelo SENAI mostra alguns dados sobre o esforço privado em P&D na Grande São Paulo.

TABELA 3

PIAM - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR EXISTÊNCIA DE SETOR ESTRUTURADO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SEGUNDO PORTE

EXISTÊNCIA DO SETOR	PEQUENO		MÉDIO		GRANDE		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
SIM	4	2,6	45	17,1	66	31,1	115	18,2
NÃO	124	78,9	192	73,0	128	60,4	444	70,3
NÃO SE APLICA	29	18,5	26	9,9	18	8,5	73	11,5
TOTAL	157	100	263	100	212	100	632	100

Fonte: SENAI/SP - DPEA/PIAM - 1990

TABELA 4

PIAM - PARTICIPAÇÃO MÉDIA DE GASTOS COM P&D EM RELAÇÃO ÀS VENDAS EM 1989 SEGUNDO PORTE DOS ESTABELECIMENTOS

PORTE DOS ESTABELECIMENTOS	NO. DE ESTABELECIMENTOS CONSIDERADOS	PARTICIPAÇÃO MÉDIA (EM %) EM RELAÇÃO ÀS VENDAS 1989
PEQUENO	1	0,5
MÉDIO	29	0,5
GRANDE	49	1,1
TOTAL (*)	79	0,9

Fonte: SENAI/SP - DPEA/PIAM - 1990

(*) Excluídos os casos sem respostas (36 unidades)

A Tabela 3 demonstra que na Grande São Paulo apenas as grandes empresas, no conceito utilizado pelo SENAI (mais de 500 funcionários), têm algum esforço em P&D. Ainda assim, a minoria delas. E a Tabela 4 mostra que mesmo as que têm algum gasto nesta área, destinam uma parcela muito pequena de suas receitas de vendas.

A consequência imediata é o aumento da heterogeneidade tecnológica no parque industrial brasileiro e metropolitano, pois

ao mesmo tempo que a maioria das empresas encontra-se estagnada em termos tecnológicos, uma pequena parcela das empresas, em geral presentes em estruturas de mercado oligopólicas, atualizaram-se com vistas a melhorar a qualidade de seus produtos e obter competitividade externa. Empresas como a Pirelli, que instalou em Santo André seu laboratório, em condições semelhantes às existentes na Itália e sem similar em outra subsidiária no mundo.

B. Impactos: diminuição do emprego e aumento da produtividade

1. Repercussões no Emprego

A estratégia de "enxugamento" trouxe grandes reflexos no nível e na estrutura de emprego, não apenas para São Paulo, como para o restante do País. As principais alterações estruturais realizadas pelas empresas se iniciaram no final da década de 80 e se acentuaram nos primeiros anos da década atual, quando a maior exposição à concorrência externa obrigou as empresas a se "ajustar". Foi a partir deste momento que o emprego deixou de ser simplesmente variável de ajuste da produção à demanda e passou a ser variável de ajuste da competitividade industrial.

Os dados disponíveis da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1986, 1989, 1990 e 1991 ⁽⁵⁾ podem servir para demonstrar o impacto combinado da recessão e ajuste na indústria paulista e metropolitana. A Tabela 5 mostra estes resultados para o Estado de São Paulo.

Grande parte da queda no número de postos de trabalho pode ser atribuída ao ajuste microeconômico à maior abertura externa, pois apesar do PIB industrial apresentar quedas de 8,0% e 0,6% em 1990 e 1991, respectivamente, o nível de emprego da indústria de transformação em São Paulo caiu 13% em 1990 e 6,9% em 1991.

5 Os dados que dispomos da RAIS foram fornecidos pelo SENAI - SP e foram tabulados para o planejamento da instituição, não incluindo por isso sub-setores industriais não contribuintes do SENAI. No caso da indústria de transformação exclui indústrias aeronáutica e naval e estabelecimentos com menos que cinco empregados, cuja importância para a análise da Região Metropolitana é irrelevante.

Os dados da tabela 5 indicam que os desempenhos do Interior e da Região Metropolitana de São Paulo são diferentes no período que vai de 1986 a 1989, quando o processo de reestruturação industrial ainda não havia se intensificado. Enquanto o emprego cresceu no Interior, na Grande São Paulo reduziu-se. A diferença, no entanto, não é significativa.

Após 1989 não houve, praticamente, diferença entre as diversas regiões do Estado. Na Região Metropolitana a queda no nível de emprego em 1990 foi de 13,3% e em 1991 de 7,1%, portanto muito próximos do resultado do Estado como um todo. As taxas correspondentes da Capital foram 11,4% e 9,4% respectivamente. No restante da Região Metropolitana o emprego caiu 16,7% em 1990 e 4,7% em 1991. A variação do emprego nos municípios da Região Metropolitana - exclusive a Capital - deve ser atribuída, pelo menos em parte, ao desempenho da indústria de material de transporte, cujo peso na área é maior que nas demais.

TABELA 5
ESTADO DE SÃO PAULO
EVOLUÇÃO DO EMPREGO 1986/1991 - ÍNDICE: 1986 = 100

REGIÃO DO ESTADO/ANO	1986	1989	1990	1991
Capital	100.0	95.5	84.8	77.0
Outros Municípios da RMSP	100.0	101.8	84.7	81.2
Região Metropolitana (total)	100.0	98.0	84.8	78.7
Interior São Paulo	100.0	103.0	91.5	86.0
Estado São Paulo	100.0	99.8	87.2	81.3

Fonte: RAIS - Mtb - Tabulados pelo SENAI - SP (inclui apenas atividades contribuintes do SENAI - ver nota nº 5).

O nível de emprego no Interior teve quedas semelhantes às da Região Metropolitana. Em 1990 perdeu 11,7% e 5,5% em 1991. Este é um fato importante por seu duplo significado. O primeiro é que a diminuição no nível de emprego na Região Metropolitana de São Paulo nos primeiros anos da década atual não pode ser atribuída à desconcentração, mas sim ao ajuste empreendido pelas empresas em todo o Estado para enfrentar a crise econômica e a necessidade de

tornarem-se mais competitivas. O segundo significado deste dado é que o ritmo de ajuste na Grande São Paulo foi o mesmo que o do Interior do Estado.

2. O Aumento de Produtividade

A diminuição no volume de emprego representa uma das faces do ajuste à abertura, em condições de recessão, por que passa a indústria brasileira. No entanto, os indicadores de produção não têm acompanhado tal desenvolvimento com a mesma intensidade. Segundo levantamento divulgado pelo IBGE⁽⁶⁾ em todos os ramos industriais houve aumento de produtividade entre 1992 e 1993.

Os números da Tabela 6 demonstram que o aumento de produtividade se dá às custas do emprego, pois sua queda é maior que o decréscimo da quantidade produzida. O IBGE informa que os maiores aumentos de produtividade se deram nas indústrias paulistas e da Zona Franca de Manaus, dado que nestas regiões concentram-se os ramos que tiveram maiores ganhos de produtividade no último ano: as montadoras de automóveis e as fábricas de eletro-eletrônicos.

TABELA 6
BRASIL - INDÚSTRIA
QUANTUM, HORAS PAGAS, PRODUTIVIDADE E JORNADA MÉDIA
JANEIRO A JULHO 93 - EM ÍNDICE - BASE: IGUAL PERÍODO 1992

GÊNEROS ESCOLHIDOS	QUANTUM (QT)	HORAS PAGAS (HP)	PRODUTIVIDADE (QT/HP)	JORNADA MÉDIA (HP/POP)	PESSOAS OCUPADAS (POP)
INDÚSTRIA GERAL	110.23	93.26	118.20	95.65	97.49
METALÚRGICA	112.23	93.32	120.26	96.53	96.65
MECÂNICA	114.19	86.27	132.36	91.51	94.26
MATERIAL ELÉTRICO	129.82	92.51	140.33	97.35	95.02
MATERIAL DE TRANSPORTE	125.26	91.33	137.15	91.17	94.26
QUÍMICA	104.87	90.52	115.85	96.31	94.00

Fonte: IBGE

Na Tabela 7 apresentamos os dados de produtividade para a indústria paulista, que se amplia em 16,3% nos três primeiros anos

⁶ Entrevista do economista Paulo Gonzaga à Gazeta Mercantil, 11/11/93, p. 8.

da década de 90. Estes resultados não podem, contudo, ser analisados sem alguma cautela. Em primeiro lugar, pelas razões já apresentadas acima, o aumento da produtividade na indústria paulista também está "contaminado" pela queda no nível de emprego provocado por downsizing⁽⁷⁾ e também pelo próprio aumento do grau de importação de bens com maior conteúdo tecnológico. Além disso, como se verá abaixo, estes números são, em parte, contestados pelos sindicalistas.

TABELA 7
ESTADO DE SÃO PAULO - PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA (8)

	ÍNDICE
1988	100,0
1989	100,5
1990	100,5
1991	104,7
1992	108,7
1993 - JAN - AGO	116,3

Fonte: FIESP - elaboração Indicadores IESP

3. Intensificação da jornada de trabalho

Como vimos acima, a reestruturação industrial nos principais países desenvolvidos suscitou uma série de transformações no processo produtivo visando dotar as empresas de maior flexibilidade em suas linhas de produção, possibilitando alterar em horas o que antes levaria dias ou semanas.

Na verdade a capacidade de geração/absorção de novas tecnologias se dá de maneira desigual em cada espaço nacional e em cada setor industrial. O Japão tem sido pródigo neste sentido, conseguindo firmar-se como principal produtor de automóveis e eletro-eletrônicos. A corrida dos principais países industrializados europeus e dos EUA foi incorporar ganhos tecnológicos na mesma medida que os grandes conglomerados japoneses. Quando isto não foi possível, a alternativa foi impor

7 Redução do escopo da produção e dos níveis hierárquicos como maneira de diminuir o emprego total.

8 Definida como relação entre a produção física da indústria paulista (IBGE) e horas-trabalhadas (FIESP). Ver Indicadores IESP, Notas Metodológicas, n.º 21, Out/93, p. 48. Qualificações sobre estes dados serão feitas adiante.

um custo adicional aos trabalhadores, que já pagavam pela crise com o aumento do desemprego:

"Em termos de custos sociais internos, com exceção dos centros asiáticos, a maioria dos países desenvolvidos fez pagarem pelo ajuste os sindicatos (Inglaterra, EUA, Itália e Espanha são os casos mais notórios) e, de modo geral, o emprego da força de trabalho e o Estado.

A crise no mercado de trabalho não foi provocada apenas pelas políticas de ajuste, pois é de natureza estrutural. A chamada 'flexibilização', aparentemente em função dos requisitos tecnológicos, foi tão forte, que ainda não está resolvida depois de sete anos de crescimento ininterrupto" (Tavares, 1993a: 63-64)

Para Harvey (1993) as jornadas de trabalho rígidas eram um obstáculo para a adoção de linhas de produção flexíveis, pois não permitiam que algumas alterações de processo se dessem tão rapidamente. Ainda segundo ele, a recessão contribuiu para que as empresas se livrassem de um obstáculo: a elevação do desemprego nos países industrializados reduziu a força dos sindicatos que não têm sido capazes de fazer frente à deterioração dos regimes de trabalho. Uma das medidas que vêm sendo introduzidas e que reflete esta deterioração constitui as jornadas de trabalho flexíveis. Não há neste caso alteração do número de horas trabalhadas anualmente, porém as empresas passam a determinar quando estas horas serão trabalhadas, adequando a produção às variações da demanda (Harvey, 1993: 143).

A introdução da jornada móvel não foi a única alteração que levou à precarização dos vínculos empregatícios. A contratação do trabalho temporário foi outra "inovação" que se difundiu na Europa e EUA (Harvey, 1993: 143).

Esta vinculação imediata entre "flexibilidade tecnológica" e "flexibilidade do mercado de trabalho", tônica de todo o trabalho

de Harvey, é contestada por Lipietz e Leborgne (1988)⁽⁹⁾. O mercado de trabalho atual tem, para estes, uma complexidade muito maior do que a descrita pelo autor norte-americano. Partindo das relações entre empresas e trabalhadores e do engajamento destes na melhoria da qualidade e no aumento da produtividade, os autores descrevem diversas combinações entre formas mais ou menos rígidas de contrato de trabalho e incorporação dos trabalhadores nos processos de participação e melhoria da qualidade e produtividade. A partir destas combinações os autores derivam diversas possibilidades de mercados de trabalho, regulados ou não, com engajamentos individuais ou coletivos à melhoria do processo de trabalho. A permanência de diversas destas combinações, convivendo inclusive nos mesmos espaços nacionais, leva os autores a concluir:

"Por esta razão, o mais razoável é imaginar que esses modelos conduzem a uma sociedade em três níveis: um segmento primário de trabalhadores autônomos com uma relação salarial baseada na mobilidade e na negociação individuais; um segundo segmento de funções subordinadas com uma relação salarial rígida (mas incluindo bônus); funções taylorizadas com uma relação salarial precária para as tarefas menos qualificadas" (Lipietz e Leborgne, 1988: 21)

Ou seja, ao contrário de transformar-se em forma hegemônica, a flexibilidade nos contratos de trabalho é uma das maneiras em torno do qual se organiza um mercado de trabalho crescentemente heterogêneo. A mudança na jornada de trabalho, antes de ser um requisito para a flexibilidade tecnológica, é uma reação do empresariado à concorrência internacional, em especial japonesa. Aliás, no Japão e na Alemanha, convivem no mercado de trabalho formas de contrato rígidas e flexíveis sem colocar em risco a competitividade industrial destes países.

9 "Às vezes, tende-se a subentender um elo implícito entre a 'flexibilidade' das novas tecnologias e a 'flexibilidade' do contrato de trabalho. Não há nenhum elo desse tipo" (Lipietz & Leborgne, 1988: 19).

Retornando ao estudo específico da situação brasileira, a jornada de trabalho passou a ser determinada constitucionalmente a partir de 1988. Na verdade, devemos frisar que nas discussões preparatórias as entidades empresariais que faziam lobby junto aos constituintes nunca propuseram algo parecido com horários flexíveis, mas centralizaram suas atuações apenas no número de horas e no adicional por hora-extra. Assim, na ausência de contratos coletivos, a flexibilidade na jornada de trabalho possível legalmente se resume ao aumento de horas-extras e ao de turnos.

Além disso, a Constituição de 1988 elevou os custos da rotatividade de mão-de-obra ao aumentar a multa rescisória. Desta forma, em momentos de picos de demanda as empresas preferem arcar com os custos da hora-extra ao invés de contratar novos trabalhadores por um curto período de tempo. A resistência sindical ao trabalho temporário também pode ser apontada como um obstáculo a este tipo de contratação, enquanto que as horas-extras são mais ou menos toleradas por aumentar a renda do trabalhador.

Os ganhos de produtividade em 1993 foram contestados pelos sindicatos com o argumento de que, na verdade, houve um aumento no número de horas trabalhadas através da utilização crescente das horas-extras como meio de evitar novas contratações. Levantamento da Força Sindical junto a 1.436 empresas, abrangendo um total de 197 mil trabalhadores, indica que 135 mil deixaram de ser contratados de dezembro de 1992 a agosto de 1993 em virtude da realização de horas-extras. A Confederação dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizou pesquisa semelhante indicando que o total de horas-extras em agosto de 1993 corresponde à 30% do total de horas trabalhadas, enquanto que em agosto de 1992 não ultrapassava 15%. A Pesquisa de Emprego da Fundação Seade/DIEESE indica que o percentual de trabalhadores da indústria que fazem horas-extras vem subindo: em junho de 1993 era 31,3%, em julho 44,4% e em agosto 46,7%.

Atualmente, com vistas à revisão constitucional a questão da jornada de trabalho voltou a ser destaque. Entidades empresariais

passaram a propor a flexibilidade dos horários de trabalho. As duas principais sindicais, CUT e Força Sindical concordam quanto à rejeição da proposta empresarial, todavia divergem quanto ao pagamento de horas-extras. A primeira defende a eliminação do pagamento adicional da hora-extra argumentando que desta forma os trabalhadores não aceitarão mais aumentar a jornada. A Força Sindical, ao contrário, pretende aumentar o adicional como maneira de ampliar o seu custo e levar as empresas a criar mais empregos (Gazeta Mercantil, 7/10/93).

Outra proposta empresarial refere-se à desregulamentação do trabalho temporário. As montadoras já vêm tentando chegar a um acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e com as Comissões de Fábrica no sentido de aumentar a contratação de temporários. Porém, além da negativa do Sindicato, o assunto esbarra em restrições jurídicas.

O aumento do número de turnos também vem ocorrendo, em especial na indústria automobilística. Todavia, neste caso, a reação sindical foi mais efetiva e tem conseguido negociar com a direção das empresas salários-hora mais altos (10).

Concluindo, o ajuste à abertura-com-recessão realizado pelas empresas brasileiras nem de longe se compara com a reestruturação industrial ocorrida nos países capitalistas avançados. Nestes, os ganhos de produtividade estiveram baseados, principalmente, nas mudanças tecnológicas proporcionadas pela microeletrônica e pela informática. No Brasil, o ajuste resumiu-se a melhorias organizacionais, algumas vezes semelhantes às que precederam a introdução da automação flexível nos países centrais, porém isoladas e incompletas, como demonstrou Castro (1993) que as chamou de "japanização de ocasião".

10 No caso do aumento de turnos, a resistência sindical não é exclusiva do ABC. Durante 1993, o Sindicato dos Metalúrgicos do Vale do Paraíba recusou proposta da Volkswagen para instalar um turno extra em dias úteis. A proposta do Sindicato era a de que o turno fosse instalado no sábado, quando o adicional seria maior, o que foi rejeitado pela empresa.

II. A AÇÃO REGULAMENTADORA DO PODER PÚBLICO

A ação do poder público no processo de desconcentração industrial ao longo dos anos 80 e início dos 90 na Grande São Paulo não foi tão intensa quanto nas décadas anteriores. Praticamente toda a ação regulamentadora sobre as atividades industriais da Região Metropolitana de São Paulo originou-se nos anos 70. Ao longo do decênio seguinte, a atuação estadual se restringiu à aplicação da legislação existente e a pequenas modificações técnicas.

A atuação do Poder Público, em especial do Governo do Estado, no disciplinamento das atividades industriais na Grande São Paulo esteve voltada para a proteção ambiental. Os dois principais institutos legais que regeram a ação estatal nesta área foram a Lei Estadual nº 898 de Proteção aos Mananciais (LPM), de 18/12/75, e a Lei Estadual nº 1.817 de Zoneamento Industrial Metropolitano, de 27/10/78 (11).

A LPM limita a ocupação do solo em áreas próximas aos rios e represas da Região Metropolitana visando diminuir a descarga de dejetos industriais e residenciais poluidores. Para tanto divide as áreas de proteção em duas categorias (12): áreas de 1ª categoria, onde são permitidas somente o excursionismo e a prática de esportes; áreas de 2ª categoria, onde são permitidos, com restrições, todos os usos normais do solo, residencial, industrial, comercial, etc.

Há dois tipos de restrições à indústria na LPM. A primeira quanto ao tipo de indústrias que podem se instalar nas áreas de 2ª categoria. Neste sentido, a lei não é muito limitativa, pois permite desde a indústria de vestuário até alguns ramos da indústria química (13). O segundo tipo de contenção trata dos

11 Ambas foram diversas vezes modificadas desde a sua publicação. Essas mudanças, no entanto, foram em detalhes técnicos ou de encaminhamento burocrático que pouco alteraram suas determinações básicas.

12 A definição das áreas de 1ª e 2ª categoria e os coeficientes de ocupação permitidos nesta última foram regulamentados pela Lei 1 172 de 17/11/76.

13 Ver a lista completa das atividades permitidas in EMPLASA (1984: 93).

coeficientes de ocupação permitidos ⁽¹⁴⁾, o que depende do tamanho do lote, variando entre 35% e 21%. A aprovação de qualquer projeto de uso de solo nesta área depende da avaliação da CETESB e passa por um longo processo burocrático ⁽¹⁵⁾.

A LPM, mesmo permitindo um espectro grande de atividades, em termos práticos impediu a instalação de indústrias nas áreas protegidas, pois ao estabelecer taxas de ocupação baixas restringia a ampliação das plantas, o que certamente desestimulava qualquer empreendimento na área.

A atuação do Poder Público, todavia, não conseguiu impedir a ocupação destas áreas para fins habitacionais, onde a alternativa de fixar-se ilegalmente, para uma parcela da população, era a única possível. Além disso, grande parte dos moradores destas áreas foram vítimas de loteamentos imobiliários clandestinos. Também o extrativismo vegetal ilegal proliferou nas áreas de mananciais, visto que o Governo Estadual e as Prefeituras não tinham condições reais de impedi-lo.

A área protegida pela Lei cobre por inteiro alguns municípios, como Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Juquitiba, Itapeverica da Serra, Embu-Guaçu, e grande parte de outros como Santo André e São Bernardo do Campo, como pode ser visto no Quadro 1. Assim, parte significativa das áreas ainda livres para ocupação industrial na Grande São Paulo, na metade dos anos 70, teve seu uso limitado, o que atuou como um fator de desconcentração da indústria.

A Lei de Zoneamento Industrial Metropolitano, Lei 1.817/78, disciplina a classificação, o licenciamento e a localização de indústrias na Grande São Paulo. Através deste instrumento as zonas industriais são classificadas em três tipos: zona de uso estritamente industrial - ZEI; zona de uso predominantemente industrial - ZUPI; e zonas de uso diversificado - ZUD. Ademais,

14 A taxa de ocupação (To) é definida como o quociente entre a área ocupada (Ao) e a área do terreno.

15 Ver fluxograma de análise de projetos in EMPLASA (1984: 90).

classifica os estabelecimentos industriais em cinco tipos segundo porte e tipo de atividade.

QUADRO 1
CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO A LEI DE
PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS: 1988

MUNICÍPIOS E SUB-REGIÕES	ÁREA		
	TOTAL (KM2)	DENTRO (%)	FORA(%)
CENTRO	1577	34.7%	65.3%
NOROESTE	507		100.0%
OESTE	464	27.6%	72.4%
SUDOESTE	1137	95.8%	4.2%
LESTE	2135	60.0%	40.0%
NORDESTE	791	56.1%	43.9%
NORTE	599	45.7%	54.3%
SUDESTE	841	56.1%	43.9%
Santo André	179	53.6%	46.4%
São Bernardo do Campo	411	52.6%	47.4%
São Caetano do Sul	12		100.0%
Mauá	67	19.4%	80.6%
Diadema	32	21.9%	78.1%
Ribeirão Pires	107	100.0%	
Rio Grande da Serra	33	100.0%	
GRANDE SÃO PAULO	8051	52.6%	47.4%

Fonte: EMPLASA

A partir destas classificações estabelecem-se restrições que vão desde a proibição de algumas atividades na Região Metropolitana até a restrição de tipos de indústrias em algumas áreas. A lei determina também, a exemplo da Lei de Proteção aos Mananciais, a necessidade de licenciamento junto à CETESB. Neste caso, a licença passou a ser exigida em toda a Região e, mais tarde, também para o Interior.

As limitações estabelecidas nesta lei criaram dificuldades não só para a instalação de novas plantas, mas também para as ampliações, pois determinam limites máximos para isto, além de exigirem licenciamento. As restrições são menos rígidas do que as presentes na Lei de Proteção aos Mananciais; mesmo assim, criam dificuldades e somam-se a outros fatores para incentivar a desconcentração industrial.

Uma alteração importante na Lei 8.117/78 ocorreu recentemente, para modificar a classificação de uma área na Zona Leste de São Paulo. Aprovada na Assembléia Legislativa e sancionada pelo Governador em 08/02/93, a lei 8.284/93, de autoria do deputado Roberto Gouveia, tem como objetivo diminuir as restrições à instalação de fábricas naquela região. Havia a reivindicação de grupos organizados da região para que a Prefeitura minorasse o problema da falta de empregos e também de alguns empresários locais para que houvessem mudanças no zoneamento industrial da região. Pleiteava-se que um trecho classificado como ZUD passasse para ZUPI-1, o que acabou ocorrendo.

Desta maneira, o município da Capital "ganhou" uma nova área para expansão industrial. Empresas que estiverem comprimidas em outras partes da cidade, incapazes de se expandir e com problemas junto a CETESB devido à proximidade de residências, poderão migrar para a Zona Leste. Devem ser atraídos alguns investimentos em metalurgia, eletro-eletrônica, gráfica, confecções de pequeno ou médio porte. Esta é a expectativa das pessoas envolvidas no projeto. Outra consequência é a possibilidade de legalização de pequenas indústrias já atuantes na área.

Aos seus aspectos técnicos e às suas consequências em termos de atratividade industrial para a região, a Lei 8.284/93 soma também uma dimensão política. Foi resultado de uma aliança entre moradores da região, uma associação de empresários locais e sindicalistas. A existência de duas áreas verdes próximas ao local exigiu também que a negociação envolvesse movimentos ambientalistas. O movimento pela criação do pólo acabou se concretizando num Grupo Coordenador com a participação de todas as partes, que mesmo após a aprovação da lei e a sanção do Governador, mantém-se reunido com o intuito de conseguir a construção de algumas obras de infra-estrutura consideradas prioritárias para a atração de novas indústrias, como a conclusão do Anel Viário e rede de coleta e tratamento de esgotos. O Grupo Coordenador tem ainda encaminhado reivindicações específicas de cada grupo envolvido, seja dos ambientalistas, seja dos

empresários interessados em incentivos fiscais do Estado e da prefeitura de São Paulo. No âmbito do poder público a negociação não foi menos complexa. A constituição do pólo envolvia os Executivos e Legislativos municipal e estadual (16), bem como diversos partidos políticos.

Outra ação pública importante na área de controle ambiental foi o Projeto Tietê (17). Além do tratamento de esgotos residenciais, o programa de despoluição do rio pretende reduzir em 85% o despejo de cargas tóxicas industriais. Para tanto, a SABESP e a CETESB têm agido no sentido de identificar as principais empresas poluidoras e intimá-las a tratar seus efluentes.

Estas medidas de controle ambiental não são preponderantes nas decisões das empresas de abandonarem a Grande São Paulo, pois o poder coercitivo do Estado ainda é baixo. Por exemplo, as multas às empresas que despejam substâncias tóxicas no Tietê não passam de alguns milhares de cruzeiros reais(18). Porém, são determinantes como restrição a novos investimentos, sejam de novas fábricas ou de expansão das já existentes. Além disso, o crescimento dos movimentos ambientalistas indica que este será um item relevante na agenda pública nos anos 90. Por causa disto, as questões ambientais crescerão de importância nas decisões locais nos próximos anos.

16 Estas informações foram prestadas pelo Prof. Paul Singer, ex-secretário de Planejamento do município de São Paulo e por Maria Lúcia Refinetti, assessora do Deputado Roberto Gouveia, em entrevistas concedidas ao autor.

17 O Projeto Tietê desenvolvido pelo governo estadual não é a única ação visando a despoluição de rios. Um consórcio formado pelos municípios da sub-região Sudeste da Grande São Paulo já iniciou o processo de despoluição do rio Tamanduaí e da represa Billings. No Interior do Estado, os municípios pertencentes à bacia do rio Piracicaba formaram consórcio semelhante.

18 Projeto Tietê - Informe Publicitário - encarte nos principais órgãos de imprensa, 10/08/1993, p. 3.

III. DESCONCENTRAÇÃO - DESCENTRALIZAÇÃO: ESTRATÉGIAS LOCACIONAIS A PARTIR DE 1980.

A. Terminologia e Referências Teóricas

A industrialização brasileira foi concentrada territorialmente em São Paulo entre as décadas de 20 e 70⁽¹⁹⁾. Neste meio século, a indústria do país passou por fases distintas. Primeiro, por um período de crescimento industrial baseado em indústrias leves (bens de consumo não duráveis); depois pela industrialização restringida entre 1930 e 1955; e, finalmente, a industrialização pesada (bens de consumo durável e bens de capital), a partir de 1955 ⁽²⁰⁾. Durante todo esse período, cresceu a concentração industrial em São Paulo e em sua Região Metropolitana.

Transformações neste padrão de distribuição territorial ocorridas nos anos 70, com a crescente participação do Interior do Estado e de outras unidades da federação no emprego e no produto industrial, desencadeou uma discussão sobre a natureza destas mudanças locacionais. Desconcentração, descentralização, reversão da polarização e "transbordamento" da região metropolitana foram termos usados para designar o processo.

Um dos diagnósticos baseia-se na proximidade das regiões mais industrializadas do Interior em relação à área Metropolitana. Campinas, Vale do Paraíba e Sorocaba, localizadas num raio de 100 a 150 km da capital, foram dotadas de excepcionais condições de transportes. A Via Dutra, a Rodovia dos Trabalhadores, o eixo Anhanguera-Bandeirantes e o circuito Castelo Branco-Raposo Tavares se transformaram em locais privilegiados para a expansão industrial. Aliás, mesmo internamente à Grande São Paulo, a maior parte dos municípios que apresentaram crescimento no valor

19 Há inúmeros estudos sobre a concentração industrial em São Paulo. Ver, por exemplo, Cano (1982) e Rattner (1969).

20 Sobre a periodização da industrialização brasileira ver Mello (1982).

adicionado industrial durante os anos 80 localizam-se próximos a algum destes eixos rodoviários.

A proximidade destas áreas em relação à região Metropolitana, somada às condições de transporte a partir de meados da década de 70, permitiriam que as indústrias localizadas ao longo dos eixos rodoviários que circundam a metrópole obtivessem o mesmo acesso ao maior mercado consumidor do país. Vários autores ressaltam este fato. Trata-se, nas palavras de Costa (1982), de um "extravasamento do parque industrial metropolitano"(21).

Foi fundamental para esta expansão a possibilidade aberta pelas novas tecnologias na área de telecomunicações, informática e as novas formas de gestão empresarial, que permitem a separação espacial das atividades administrativas e produtivas. Os centros de decisão permaneceram na metrópole enquanto as unidades produtivas puderam interiorizar-se. Azzoni (1986: 126-127) resume este processo:

"As evidências indicam que, longe de constituir-se um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria próximo de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializada do País, em um processo de "desconcentração concentrada". Seria aproximadamente um tipo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, o que é possível pelas oportunidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido amplo, para a separação das atividades produtivas das atividades de comando empresarial".

Esta explicação baseia-se na amplificação do grau de liberdade empresarial para a instalação de plantas produtivas distantes dos centros administrativos, localizados na área central. Por causa disso, o poder de atração da cidade estende-se por áreas vizinhas, estabelecendo uma gradação na atratividade de uma região.

21 Ver também Azzoni (1986) e Furtado (1979).

"O argumento desenvolvido há pouco indica que a caracterização das forças de atração de um centro urbano como economias de urbanização é inadequada, na medida em que a atração do centro transcende a área urbana. Sugere-se uma denominação mais em linha com a abrangência da força considerada, como, aliás, sugere Isard, com o termo 'economias de regionalização'. (...) A admissão dessas idéias significa uma mudança de enfoque: não se trata mais de pensar a cidade como centro de atração, mas sim na região como 'campo aglomerativo'". (Azzoni, 1986: 79)

O trabalho de Negri (1992) contradiz, entretanto, esta tese: a indústria do Interior do Estado não pode ser vista como um "transbordamento" da economia metropolitana. Negri demonstra através de levantamentos estatísticos exaustivos que a industrialização do Interior teve seus primórdios ainda no início do século, sendo, na verdade, um desdobramento do próprio crescimento do mercado nacional e do avanço do capitalismo resultantes da economia cafeeira. Os impulsos da industrialização pesada desencadeada nos anos 50 tardaram a atingi-la mais diretamente. No entanto, a partir da década de 70, a indústria do Interior tornou-se mais integrada e, diante dos problemas relativos à grande concentração industrial da região metropolitana, viabilizou-se como excelente opção de localização industrial.

Ademais, o diagnóstico de "transbordamento" tem como um dos pressupostos a necessidade das empresas de se localizar próximas à Capital, pois permitiria fácil acesso a este mercado. Contudo, a instalação de grandes indústrias e a complexidade da estrutura industrial no Interior do Estado revelam que o mercado destas empresas não se restringe à Grande São Paulo. Ao contrário, a melhoria da malha viária do Estado deu amplo acesso aos estados do Sul, Centro Oeste, Nordeste e, sobretudo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A ampliação territorial do mercado nacional a partir do II PND, resultado de inúmeros investimentos industriais públicos e privados fora de São Paulo, bem como a maior independência das

empresas em termos de localização, fez com que surgissem no Interior complexos pólos industriais que abastecem não apenas a Grande São Paulo, mas todo o Brasil. Portanto, não se trata de uma expansão da influência da Região Metropolitana, que passaria a ser um campo aglomerativo, mas sim a expansão e diversificação da estrutura industrial do Interior paulista.

Diante destas discussões precisamos definir a terminologia que adotaremos. Em boa parte da literatura identificamos a indistinção no uso dos termos desconcentração e descentralização. Frick (1991) e Cano (1991) discutem essa terminologia, ambos partindo do conceito político de descentralização. Assinalam que o termo não é muito apropriado para designar fenômenos econômicos, pois descreve uma transferência de poder decisório de uma esfera para outra de governo.

Apesar de chegarem à mesma conclusão de que o termo mais adequado para descrever as mudanças no padrão de localização industrial brasileiro seria desconcentração, os autores apresentam definições distintas. Frick prende-se no conceito político e afirma:

"o termo descentralização só poderia ser usado apropriadamente quando referido à perda dos poderes decisórios pelo centro. (...) Nessas condições somente seria correto utilizá-lo para referir-se às mudanças geográficas das indústrias, quando inclusive o seu 'escritório central' sai do centro, significando assim, que aquele centro perde o seu poder de decisão. (...) A expressão desconcentração, por conseguinte, terá que ser usada em todos os casos que se queira descrever a mudança de posição das indústrias, enquanto plantas de produção, como também de população e emprego. Esta é, aliás, a expressão adotada neste trabalho, cujo objeto de estudo são aquelas mudanças no padrão espacial da indústria paulista." (1991: 98-99)

Sem se fixar no sentido político da descentralização, Cano (1991) define os dois conceitos em termos de mudança física das unidades produtivas:

(Descentralização) "Económica, quando ocorre un traslado físico parcial o total de una unidad productiva (industria o servicios) o la producción misma, desde un espacio territorial 'A' hacia otro 'B'. Una variante es la que ocurre quando una planta productiva, casi siempre vieja, cierra en un local 'A' y surge una otra similar (siempre nueva) en un local 'B' pudiendo o no pertenecer al mismo grupo económico"

(Desconcentração) "Este término, a mi juicio, es mas aplicable a las actividades económicas y no significa el traslado físico de una planta o actividad, si no resulta de cambios en su distribución espacial absoluta y relativa." (Cano, 1991: 1-2).

Neste trabalho utilizaremos os termos no sentido proposto por Cano, pois estamos preocupados com as consequências da diminuição do ritmo de crescimento e com a saída de plantas industriais da Região Metropolitana. Não se descarta, todavia, a utilidade dos conceitos como definidos por Frick, que ultrapassam o limite de localização industrial strictu sensu. Análises sobre mudanças estruturais de longo prazo, como o crescimento do setor terciário na metrópole, a concentração dos centros decisórios das empresas em São Paulo, requerem conceitos como os propostos por Frick.

B. Distribuição da Atividade Industrial no Estado na Década de 80

Como vimos, flexibilidade e focalização, embora não constituam novos paradigmas para a indústria paulista e brasileira como um todo, passaram a ser objetivos a serem alcançados pelo setor privado, principalmente quando resultados positivos em termos de produtividade podiam ser obtidos com poucos investimentos.

A crise brasileira, que se arrasta desde 1981, obrigou as empresas a se ajustarem a uma nova realidade. A primeira reação de diminuir o volume de emprego e elevar os níveis de capacidade ociosa foi aos poucos substituída por novas estratégias que reduziram a capacidade não ocupada, elevaram a produtividade e mantiveram os níveis de emprego em valores muito abaixo do final dos anos 70.

A retração de alguns mercados, sobretudo de bens duráveis e bens de capital, obrigou as empresas a uma redução na sua capacidade instalada. Informações prestadas pela Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas (ABIMAQ), relatam que houve uma redução de cerca de 50% na capacidade produtiva do setor entre 1980 e 1993. Ainda assim, permanece com metade de sua capacidade instalada ociosa.

Para as empresas, em termos locacionais, isto significou concentrar a produção em um número menor de plantas, seja especializando suas fábricas em determinadas linhas de produto ou em processos produtivos distintos, seja fechando plantas ociosas e/ou com elevados custos de modernização.

Há casos de empresas que fecharam a unidade no Interior, inclusive a mais recente, como é o caso da Rockwell Braseixos, fabricante de autopeças que encerrou suas atividades em Sumaré e reconcentrou sua produção na planta original em Osasco, ou da Ericsson que transferiu uma fábrica de centrais telefônicas de São José dos Campos para São Paulo. Outras empresas optam por manter funcionando a planta mais nova, localizada no Interior ou em outro estado. Foi o caso da Ford New Holland, fabricante de máquinas agrícolas instalada em São Bernardo do Campo desde a década de 60, que preferiu concentrar sua produção em Curitiba.

Há também fábricas que foram obrigadas a se transferir para o Interior por razões urbanísticas. A Lacta, fabricante de chocolates localizada no Brooklin, Zona Sul de São Paulo, um bairro residencial, começou a ter problemas com o tráfego de seus

caminhões, falta de área para expansão, etc. A opção encontrada foi deslocar-se para Bauru.

A necessidade de modernização estimulou a saída de algumas fábricas da Região Metropolitana, pois suas plantas industriais não comportavam nenhuma possibilidade de incorporar novas técnicas devido à antiguidade de seu lay out. Isto está acontecendo, por exemplo, com a Sundstrand Falk, fabricante de máquinas instalada em Santo Amaro, que para se modernizar pretende instalar-se no Interior (Gazeta Mercantil, 25/09/92).

Os dados de valor adicionado ⁽²²⁾ da indústria de transformação para o Interior e para a Região Metropolitana mostram que os efeitos da crise fizeram-se sentir em ambas, com a produção industrial permanecendo ao longo da década em níveis inferiores aos de 1980. Todavia, no Interior houve uma queda menor no nível de produção nos primeiros anos, bem como a recuperação foi mais rápida, de maneira que em 1989 o VA ultrapassou o de 1980. Na Região Metropolitana a indústria apresentou perdas bastante altas em decorrência da crise: o VA caiu entre 1980 e 1983 em 37,5%, recuperando-se no final da década, porém permanecendo 17,5% abaixo do seu valor em 1980.

Os ramos ligados à produção de bens de consumo duráveis e bens de capital foram os que mais cresceram no Interior. Exceto a indústria mecânica, todas as outras apresentaram crescimento entre 1980 e 1989. Na Grande São Paulo, todos os setores chegaram ao final dos anos 80 produzindo menos do que no início da década.

A produção de bens intermediários no Interior também cresceu. Os ramos de papel e papelão, borracha e matérias plásticas apresentam expressivas taxas de crescimento. Apenas dois setores tradicionais, madeira e transformação de minerais não-metálicos,

22 O Valor Adicionado é um dado de origem fiscal apurado pela Secretaria da Fazenda do Estado. É a base de cálculo da arrecadação do ICMS e sua distribuição por municípios tem grande peso (80%) no cálculo da cota de participação do município neste imposto. Devido a estes fatores - a origem fiscal e a importância para a distribuição do ICMS - o Valor Adicionado deve ser visto com relativa cautela devido aos problemas gerados pela sonegação e aos interesses dos municípios que muitas vezes contestam seus valores. A seu favor há o fato de ser uma das poucas fontes estatísticas de desempenho econômico com abrangência municipal e por ramo de atividade.

apresentam decréscimo no valor adicionado. Na Região Metropolitana o valor adicionado dos ramos ligados a produção de bens intermediários decresceu. Apesar do crescimento em alguns setores - os mesmos que tiveram destaque no Interior - no cômputo geral o resultado foi negativo em razão da queda no valor adicionado nos dois setores importantes, metalurgia e química.

Quanto ao grupo produtor de bens de consumo não-duráveis os resultados são semelhantes aos casos descritos acima. O valor adicionado na Região Metropolitana apresentou queda e no Interior crescimento. Porém os contrastes são menores. Nestes ramos, a maior diferença foi identificada na indústria de vestuário e calçados. Na Grande São Paulo o setor apresentou uma queda entre 1980 e 1989 de 17,1%, enquanto no Interior cresceu 27,7%. Além disso, nestes ramos houve uma notável recuperação na metade da década no Interior, ao contrário do que ocorreu na Região Metropolitana.

Na verdade, a Região Metropolitana de São Paulo não pode ser entendida como um todo uniforme. Isto é, os dados relativos à Grande São Paulo indicam que há desempenhos diferenciados entre as suas próprias sub-regiões. Alguns setores, como metalurgia, minerais não-metálicos, alimentos, vestuário e editorial e gráfica apresentam resultados distintos entre a cidade de São Paulo e as demais da Região.

Com base nestes resultados é possível afirmar que no município de São Paulo a indústria tenha se desconcentrado para outras regiões do Estado e para outros municípios da Região Metropolitana. Isto é claro nos ramos de metalurgia, química, têxtil, alimentícios e vestuário.

É possível, ainda, distinguir o comportamento dos municípios da Região Metropolitana entre a sub-região Sudeste (sete municípios da região do ABC) e os restantes. As tabelas 12 e 13 mostram que a sub-região Sudeste tem um desempenho inferior ao restante da Grande São Paulo, porém melhor que a Capital do Estado.

O desempenho do ABC será analisado mais detidamente nos capítulos seguintes. O que se pode afirmar, adiantando alguns resultados, é que a região não sofreu os efeitos da desconcentração na mesma medida que a Capital. A recuperação gradativa do valor adicionado ao longo da década de 80 permite concluir que o impacto da crise econômica sobre o setor de bens de consumo duráveis, automobilística principalmente, tenha sido forte determinante do desempenho negativo da indústria da região. A recuperação da indústria em 1993, automobilística especialmente, não recuperou o nível de emprego e é provável que o produto industrial não tenha retornado ao nível de 1980 em decorrência da desconcentração industrial, que também ocorreu na região, pois muitas empresas abriram fábricas fora e modificaram o seu mix de produtos, como é o caso da Rhodia e da Pirelli.

Em relação aos outros municípios da Região Metropolitana (Tabela 13) é certo que receberam investimentos decorrentes da desconcentração da indústria da Capital e do ABC, da mesma maneira que o Interior do Estado. Os ramos no caso destes municípios que se destacaram pela boa performance são Química, Papel e Papelão, Alimentícios, Produtos de Matérias Plásticas, Bebidas e Editorial e Gráfica. No entanto, todos os setores relacionados à produção de bens de consumo duráveis e bens de capital tiveram comportamentos piores do que o Interior.

O desempenho destes municípios também não foi uniforme. A sub-região Noroeste (Carapicuíba, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, Cajamar e Barueri) apresentou um crescimento industrial diferenciado, tendo em vista o excelente acesso rodoviário através do complexo Anhanguera-Bandeirantes e a ausência de restrições ambientais (ver Quadro 1). As outras sub-regiões, especialmente a Sudoeste, padeceram com problemas de acessibilidade e de limitações ambientais decorrentes da Lei de Proteção aos Mananciais.

TABELA 8

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - VALOR ADICIONADO - EVOLUÇÃO 1980/89
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

GÊNERO INDUSTRIAL/ GRUPO USO FINAL	1980	1983	1985	1987	1989
BENS DE CAPITAL/DURÁVEIS	100.0	62.2	64.5	81.8	78.8
MATERIAL DE TRANSPORTES	100.0	64.9	66.9	81.5	84.6
MATERIAL ELÉTRICO	100.0	62.1	67.7	69.4	68.9
MECÂNICA	100.0	51.1	62.1	89.7	75.5
DIVERSAS	100.0	76.9	51.3	105.9	97.7
BENS INTERMEDIÁRIOS	100.0	59.8	67.8	83.6	85.8
METALURGIA	100.0	47.4	62.9	74.6	73.1
QUÍMICA	100.0	72.4	66.5	80.7	85.8
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	100.0	63.0	67.5	75.6	72.1
PAPEL E PAPELÃO	100.0	59.1	74.3	95.9	115.7
MATÉRIAS PLÁSTICAS	100.0	61.5	73.5	101.1	114.5
BORRACHA	100.0	80.4	98.7	139.9	110.6
MADEIRA	100.0	46.0	50.6	61.3	56.0
COUROS E PELES	100.0	70.1	79.3	101.8	106.8
CONSUMO NÃO-DURÁVEL	100.0	67.3	73.8	88.4	84.5
ALIMENTÍCIOS	100.0	74.3	40.2	85.8	98.4
TÊXTIL	100.0	61.1	33.7	99.8	70.7
FARMACÊUTICOS	100.0	83.1	31.4	72.2	71.0
VESTUÁRIO E CALÇADOS	100.0	65.2	69.7	79.4	82.9
BEBIDAS	100.0	87.3	451.6	84.4	103.6
MOBILIÁRIO	100.0	51.9	167.1	71.9	63.2
EDITORIAL E GRÁFICA	100.0	56.8	99.4	68.0	101.4
PROD.REINO ANIMAL/VEGETAL	100.0	54.3	77.8	31.7	31.1
FUMO	100.0	60.3	178.1	704.0	471.5
OUTRAS INDÚSTRIAS	100.0	66.1	249.9	52.7	59.2
TOTAL	100.0	62.5	68.0	84.1	82.8

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Deflator: IGP - DI

TABELA 9
 INTERIOR - VALOR ADICIONADO POR GÊNERO - EVOLUÇÃO 1980/1989
 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

GÊNERO INDUSTRIAL/ GRUPO POR USO FINAL	1980	1983	1985	1987	1989
BENS DE CAPITAL/DURÁVEIS	100.0	82.9	86.5	106.7	121.9
MATERIAL DE TRANSPORTES	100.0	89.7	79.0	103.0	131.7
MATERIAL ELÉTRICO	100.0	80.8	90.4	103.7	108.2
MECÂNICA	100.0	57.9	74.2	97.4	73.3
DIVERSAS	100.0	108.5	126.2	138.2	193.3
BENS INTERMEDIÁRIOS	100.0	82.3	90.6	93.4	110.5
METALURGIA	100.0	84.9	108.7	94.2	102.0
QUÍMICA	100.0	83.5	76.0	80.8	110.9
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	100.0	69.4	77.7	91.1	82.7
PAPEL E PAPELÃO	100.0	79.5	91.8	112.6	135.6
MATÉRIAS PLÁSTICAS	100.0	77.2	117.7	186.4	267.4
BORRACHA	100.0	101.4	129.6	139.1	147.1
MADEIRA	100.0	83.0	66.7	77.3	78.3
COURO E PELES	100.0	88.7	86.5	111.1	104.0
CONSUMO NÃO-DURÁVEL	100.0	78.1	98.8	93.9	102.6
ALIMENTÍCIOS	100.0	90.6	32.0	113.8	108.1
TÊXTIL	100.0	66.6	8.4	92.6	100.6
FARMACÊUTICOS	100.0	93.1	3.5	86.7	94.1
VESTUÁRIO E CALÇADOS	100.0	79.2	206.4	103.9	127.7
BEBIDAS	100.0	61.2	521.6	51.1	115.7
MOBILIÁRIO	100.0	55.2	397.7	75.5	62.0
EDITORIAL E GRÁFICA	100.0	56.9	1 363.8	123.0	138.7
PROD.REINO ANIMAL/VEGETAL	100.0	91.8	81.4	60.3	55.5
FUMO	100.0	31.3	1 182.9	1 279.2	26 485.0
OUTRAS INDÚSTRIAS	100.0	67.7	206.6	134.9	163.7
TOTAL	100.0	81.5	91.2	97.8	112.2

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.
 Deflator: IGP - DI

TABELA 10
CAPITAL - VALOR ADICIONADO POR GÊNERO - EVOLUÇÃO 1980/89
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

GÊNERO INDUSTRIAL/ USO FINAL	1980	1983	1985	1987	1989
BENS DE CAPITAL/DURÁVEIS	100.0	56.5	56.4	81.3	76.5
MATERIAL DE TRANSPORTES	100.0	57.3	66.5	90.0	88.5
MATERIAL ELÉTRICO	100.0	53.4	57.8	69.8	67.9
MECÂNICA	100.0	48.8	58.0	76.8	67.4
DIVERSAS	100.0	76.3	35.8	104.8	96.7
BENS INTERMEDIÁRIOS	100.0	54.6	59.6	73.7	73.6
METALURGIA	100.0	49.1	59.8	71.4	72.0
QUÍMICA	100.0	55.9	43.8	58.5	51.3
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	100.0	67.2	75.3	80.4	69.5
PAPEL E PAPELÃO	100.0	51.9	65.7	89.1	106.6
MATÉRIAS PLÁSTICAS	100.0	59.5	62.1	84.8	94.5
BORRACHA	100.0	68.9	92.1	100.3	86.1
MADEIRA	100.0	40.4	40.1	43.8	35.0
COUROS E PELES	100.0	63.7	72.4	95.3	107.6
CONSUMO NÃO-DURÁVEL	100.0	64.3	68.7	89.1	78.2
ALIMENTÍCIOS	100.0	69.9	23.9	77.9	83.5
TÊXTIL	100.0	58.6	3.1	105.6	62.7
FARMACÊUTICOS	100.0	74.5	3.2	66.9	60.2
VESTUÁRIO E CALÇADOS	100.0	63.0	65.6	74.6	77.6
BEBIDAS	100.0	96.0	598.2	83.1	83.3
MOBILIÁRIO	100.0	48.4	225.6	64.4	61.4
EDITORIAL E GRÁFICA	100.0	57.6	106.1	67.5	87.6
PROD.REINO ANIMAL/VEGETAL	100.0	54.2	144.9	30.7	31.1
FUMO	100.0	60.3	178.1	703.9	471.5
OUTRAS INDUSTRIAS	100.0	56.1	365.3	59.0	49.1
TOTAL	100.0	58.3	61.3	81.1	76.0

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.
Deflator: IGP - DI

TABELA 11

OUTROS MUNICÍPIOS DA R. METROPOLITANA - VALOR ADICIONADO POR GÊNERO - EVOLUÇÃO 1980/89
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

GÊNERO INDUSTRIAL/ USO FINAL	1980	1983	1985	1987	1989
BENS DE CAPITAL/DURÁVEIS	100.0	68.3	73.2	82.4	81.2
MATERIAL DE TRANSPORTES	100.0	68.4	67.0	77.6	82.7
MATERIAL ELÉTRICO	100.0	74.7	81.9	68.8	70.3
MECÂNICA	100.0	54.8	68.8	110.6	88.7
DIVERSAS	100.0	78.8	104.5	109.7	100.9
BENS INTERMEDIÁRIOS	100.0	65.1	76.0	93.4	98.1
METALURGIA	100.0	82.6	80.5	94.4	107.2
QUÍMICA	100.0	59.5	60.8	71.5	74.3
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	100.0	66.8	83.7	103.3	125.6
PAPEL E PAPELÃO	100.0	66.2	100.1	139.3	161.3
MATÉRIAS PLÁSTICAS	100.0	92.1	105.4	180.5	135.8
BORRACHA	100.0	56.6	70.7	94.6	96.0
MADEIRA	100.0	101.1	112.1	133.2	103.0
COUROS E PELES	100.0	75.5	87.4	86.6	101.4
CONSUMO NÃO-DURÁVEL	100.0	75.5	87.4	86.6	101.4
ALIMENTÍCIOS	100.0	88.1	91.6	110.6	145.1
TÊXTIL	100.0	66.2	94.4	88.3	86.5
FARMACÊUTICOS	100.0	103.1	96.3	84.5	96.0
VESTUÁRIO E CALÇADOS	100.0	79.0	95.4	109.8	116.1
BEBIDAS	100.0	64.7	71.1	87.9	156.2
MOBILIÁRIO	100.0	57.2	77.5	83.3	66.1
EDITORIAL E GRÁFICA	100.0	52.3	61.6	70.9	180.6
PROD. REINO ANIMAL/VEGETAL	100.0	54.3	32.9	32.5	31.1
FUMO	100.0	0.0	28.2	4 378.8	0.0
OUTRAS INDUSTRIAS	100.0	78.1	112.0	45.2	71.3
TOTAL	100.0	68.0	76.5	87.8	91.4

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Deflator: IGP - DI

TABELA 12

SUB-REGIÃO SUDESTE DA RMSP (ABC) - EVOLUÇÃO DO VALOR ADICIONADO, 1980/89

SETOR/REGIÃO	1980	1983	1985	1987	1989
B.CONSUMO DURÁVEIS/CAPITAL	100.0	66.9	67.0	77.0	78.0
MATERIAL DE TRANSPORTES	100.0	69.7	65.2	74.0	76.8
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	100.0	65.3	70.0	52.8	64.3
MECÂNICA	100.0	51.7	68.2	131.8	99.2
IND. DIVERSAS	100.0	80.1	94.5	113.5	154.1
BENS INTERMEDIÁRIOS	100.0	64.0	69.3	87.0	89.4
METALURGIA	100.0	43.2	61.4	77.8	70.3
QUÍMICA	100.0	79.1	72.8	82.1	97.3
MINERAIS NÃO- METÁLICOS	100.0	61.9	54.3	57.8	63.3
PAPEL E PAPELÃO	100.0	69.3	86.6	109.2	136.1
PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	100.0	55.1	82.8	120.0	135.4
BORRACHA	100.0	94.2	96.6	188.0	127.1
MADEIRA	100.0	49.0	48.5	57.3	46.7
COURO E PELES	100.0	36.3	25.4	32.8	87.8
BENS DE CONSUMO NÃO- DURÁVEL	100.0	80.2	82.0	83.0	101.1
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	100.0	78.0	76.6	88.0	103.3
TÊXTIL	100.0	79.9	90.5	79.8	80.9
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	100.0	113.4	91.4	98.4	133.8
VESTUÁRIO, CALÇADOS	100.0	78.4	95.2	96.8	119.5
BEBIDAS	100.0	65.1	70.1	75.7	211.7
MOBILIÁRIO	100.0	50.2	52.3	55.9	53.1
EDITORIAL E GRÁFICA	100.0	51.3	64.4	85.4	200.2
PRODUTOS REINOS ANIMAL E VEGETAL	100.0	73.8	55.2	43.7	80.8
INDUSTRIA DE FUMO	-	-	-	-	-
OUTRAS INDUSTRIAS	100.0	234.1	242.1	237.8	190.7
TOTAL	100.0	66.8	69.3	81.9	85.0

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Deflator: IGP - DI

TABELA 13

GRANDE SÃO PAULO - EXCLUSIVE ABC E CAPITAL - EVOLUÇÃO DO VALOR ADICIONADA. 1980/89

SETOR/REGIÃO	1980	1983	1985	1987	1989
B.CONSUMO DURÁVEIS/CAPITAL	100.0	71.2	85.9	93.5	87.8
MATERIAL DE TRANSPORTES	100.0	58.5	80.7	104.8	127.2
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	100.0	84.2	93.9	84.9	76.4
MECÂNICA	100.0	57.4	69.2	93.2	80.1
IND. DIVERSAS	100.0	78.5	107.3	108.6	86.2
BENS INTERMEDIÁRIOS	100.0	66.6	85.4	102.9	110.8
METALURGIA	100.0	48.7	73.6	78.9	80.4
QUÍMICA	100.0	92.0	100.5	127.2	133.7
MINERAIS NÃO- METÁLICOS	100.0	57.4	65.7	82.6	83.2
PAPEL E PAPELÃO	100.0	66.5	82.9	102.5	124.3
PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	100.0	85.5	129.7	173.0	206.5
BORRACHA	100.0	86.0	131.4	157.6	162.1
MADEIRA	100.0	63.9	91.3	130.4	143.2
COUROS E PELES	100.0	137.2	159.4	189.2	111.6
BENS DE CONSUMO NÃO- DURÁVEL	100.0	72.9	90.5	88.6	101.5
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	100.0	101.5	111.6	140.8	200.6
TÊXTIL	100.0	55.7	97.3	94.7	90.8
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	100.0	98.7	98.4	78.5	79.8
VESTUÁRIO, CALÇADOS	100.0	79.3	95.4	113.9	115.1
BEBIDAS	100.0	64.5	71.6	93.2	131.9
MOBILIÁRIO	100.0	62.9	97.6	105.2	76.4
EDITORIAL E GRÁFICA	100.0	52.6	60.7	66.5	174.5
PRODUTOS REINOS ANIMAL E VEGETAL	100.0	52.4	30.7	31.4	26.3
INDUSTRIA DE FUMO	100.0	0.0	28.2	4 378.8	0.0
OUTRAS INDUSTRIAS	100.0	74.1	108.6	40.2	68.2
TOTAL	100.0	69.6	86.8	96.4	100.8

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Deflator: IGP - DI

C. Impactos: Mudanças na Distribuição Espacial da Indústria e na sua Estrutura

1. Distribuição Espacial da Indústria no Estado de São Paulo

As diferenças nas taxas de crescimento de cada ramo industrial entre a Região Metropolitana e o Interior trouxeram alterações na distribuição espacial da indústria do Estado de São Paulo. Os dados da Tabela 14 mostram que nos três grupos, bens de

consumo duráveis e bens de capital, bens intermediários e bens de consumo não-duráveis, houve uma redistribuição entre as regiões do Estado. No primeiro grupo esta alteração foi a mais radical, onde a participação da Região Metropolitana cai de 74,48% para 65,34%. Os ramos responsáveis por esta alteração foram material de transporte e indústrias diversas. No grupo de bens intermediários as mudanças mais marcantes se deram na metalurgia e matérias plásticas e no de bens de consumo não-durável na indústria de vestuário.

TABELA 14
REGIÃO METROPOLITANA - 1980/89
PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO TOTAL DO ESTADO POR GÊNERO
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

SETOR/ANO	1980	1989
B.CONS.DURÁVEIS/B.CAPITAL	74.48%	65.34%
MATERIAL DE TRANSPORTE	70.17%	60.17%
MAT. ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÃO	84.74%	77.94%
MECÂNICA	72.09%	72.69%
DIVERSAS	67.45%	51.15%
BENS INTERMEDIÁRIOS	67.30%	61.52%
METALÚRGICA	71.04%	63.74%
QUÍMICA	60.97%	54.71%
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	61.96%	58.68%
PAPEL E PAPELÃO	60.48%	56.65%
PROD. MAT. PLÁSTICAS	92.62%	84.30%
BORRACHA	73.44%	67.53%
ART. MADEIRA	52.91%	44.55%
COURO, PELES	70.40%	71.40%
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEL	70.86%	66.67%
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	63.78%	61.57%
TÊXTIL	64.29%	55.84%
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	72.16%	66.18%
VESTUÁRIO, CALÇADOS E ART. TECIDO	77.97%	69.66%
BEBIDAS	52.37%	49.59%
MOBILIÁRIO	79.76%	80.09%
EDITORIAL E GRÁFICA	96.66%	95.49%
PRODU. REINO ANIMAL E VEGETAL	59.92%	45.59%
IND. FUMO	99.99%	99.59%
OUTRAS INDUSTRIAS	94.41%	86.04%
TOTAL	70.95%	64.09%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

A tabela acima nos fornece uma idéia do grau de concentração da produção industrial na Região Metropolitana. Após duas décadas de desconcentração e descentralização, o Valor Adicionado da indústria de transformação, de praticamente todos os ramos industriais, permanece mais de 50% concentrado nesta região. Mesmo nos setores mais atingidos pela desconcentração e/ou descentralização, material de transporte, material elétrico, matérias plásticas e vestuário, o grau de concentração ultrapassa 60%.

Outros dados corroboram esta hipótese. Em julho de 1992, 72,9% dos estabelecimentos fabricantes de autopeças filiados ao Sindicato Nacional dos Fabricantes de Autopeças (Sindipeças) localizavam-se na Grande São Paulo, 17,7% no Interior do Estado e apenas 9,4% em outros estados (Sindipeças, 1993). Com relação ao emprego, a Grande São Paulo concentrava 63,6% do total, enquanto 25,9% estavam no Interior e 10,5% em outras unidades da federação (23). O grau de concentração permaneceu tão alto que o número de estabelecimentos localizados apenas no ABCD era quase o dobro do total dos fabricantes instalados fora do Estado de São Paulo.

Na indústria de máquinas o nível de concentração é menor, porém ainda assim permanece alto. Na Grande São Paulo estão localizadas 50% das filiadas à ABIMAQ, no Interior 29% e no restante do País 21% (24) (ABIMAQ, sd.).

É preciso, portanto, qualificar a desconcentração e a descentralização industrial. Apesar de sua importância na dinâmica industrial do Estado de São Paulo e de apresentar resultados inequívocos de redução no peso da Região Metropolitana no total da indústria do Estado e do País, não houve ainda uma fuga maciça de

23 Segundo o Sindipeças estas proporções se mantêm se os fabricantes não-filiados forem computados.

24 A ABIMAQ informa que esta proporção é a mesma no caso dos não-filiados.

indústrias em nenhum setor industrial, exceto a indústria de eletro-eletrônicos que se dirigiu para Manaus. A Região Metropolitana continua a mais importante área industrial do Estado em todos os ramos industriais. Persiste altamente diversificada e líder em todos os ramos.

Ademais, enquanto o município de São Paulo apresentou sinais de descentralização industrial, outras cidades da Região continuaram a receber indústrias, como é o caso de Barueri, Itaquaquecetuba, Santana do Parnaíba, e até Diadema, Guarulhos e São Bernardo do Campo, cidades industrializadas nas décadas de 50, 60 e 70.

2. Mudanças Estruturais na Indústria da Grande São Paulo

A somatória das alterações locacionais determinaram algumas transformações na estrutura industrial da Região Metropolitana. No entanto, como pode ser observado na Tabela 15, devemos salientar que se tratam de mudanças pouco significativas. Destas, destacam-se a queda na participação do setor elétrico no produto industrial e da indústria metalúrgica e têxtil, enquanto cresciam de importância matérias plásticas, papel e papelão, borracha e fumo.

Os ramos produtores de bens intermediários superou o grupo de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Isto deveu-se à redução da participação da indústria de material elétrico e mecânica e ao crescimentos dos ramos de matérias plásticas, papel e papelão e borracha. O grupo produtor de bens de consumo não durável manteve estável a sua participação no produto total, apesar da queda na participação do setor têxtil, que foi compensada pelo crescimento da indústria alimentícia e da indústria de fumo.

TABELA 15
 REGIÃO METROPOLITANA - ESTRUTURA INDUSTRIAL - 1980/89
 PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO VALOR ADICIONADO DO ESTADO
 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

GÊNEROS/USO FINAL	1980	1989
BENS DE CAPITAL/DURÁVEIS	38,26%	36,41%
MATERIAL DE TRANSPORTES	13,50%	13,78%
MATERIAL ELÉTRICO	12,47%	10,37%
MECÂNICA	8,43%	7,68%
DIVERSAS	3,87%	4,57%
BENS INTERMEDIÁRIOS	37,84%	39,22%
METALURGIA	14,37%	12,69%
QUÍMICA	10,87%	11,27%
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	3,48%	3,03%
PAPEL E PAPELÃO	3,17%	4,43%
MATÉRIAS PLÁSTICAS	3,71%	5,13%
BORRACHA	1,62%	2,17%
MADEIRA	0,47%	0,32%
COUROS E PELES	0,15%	0,19%
CONSUMO NÃO-DURÁVEL	23,89%	24,37%
ALIMENTÍCIOS	4,17%	4,96%
TÊXTIL	6,02%	5,14%
FARMACÊUTICOS	3,87%	3,32%
VESTUÁRIO E CALÇADOS	3,97%	3,97%
BEBIDAS	0,66%	0,83%
MOBILIÁRIO	1,39%	1,06%
EDITORIAL E GRÁFICA	2,38%	2,91%
PRODS. REINO ANIMAL E VEGETAL	0,65%	0,24%
FUMO	0,28%	1,57%
OUTRAS INDUSTRIAS	0,51%	0,37%
TOTAL	100,00%	100,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

IV. CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ABC

A. A Industrialização do ABC: Histórico

1. Antecedentes: a origem da região

A chegada da lavoura de café às áreas próximas da cidade de São Paulo gerou um fluxo de transporte do Interior para o porto de Santos, passando pela cidade de São Paulo. A precariedade das estradas exigia o uso de muares e bovinos como meios de locomoção e fazia com que o tempo de viagem fosse grande. Isto fez com que surgissem ao longo das estradas que ligavam as zonas produtoras à capital e entre esta e o porto alguns povoamentos cuja função era prestar serviços de pouso para as tropas. É esta a origem de diversos aglomerados: Jundiaí, Cotia, Parnaíba e São Bernardo (Langenbuch, 1973: 52).

A passagem destas tropas por São Paulo era praticamente obrigatória, pois foi nesta cidade que se estabeleceram os principais comerciantes de café e onde se localizavam inúmeros armazéns, destino final de boa parte do café oriundo do Interior e de onde seguiam para a exportação. Assim, o principal fluxo era entre São Paulo e Santos. Esta circunstância fez com que surgisse a freguesia de São Bernardo, localizada no Caminho do Mar, mais ou menos na metade da distância entre a Capital e o porto. Este povoado foi o que atingiu a maior população entre os diversos que surgiram no período pré-ferroviário.

A ferrovia São Paulo Railway ligando Jundiaí ao porto de Santos transformou o Caminho do Mar em "estrada-fantasma", acabando com a atividade exercida pela população da freguesia e levando-a praticamente ao abandono. Outros povoados cuja função econômica era o abrigo de tropas tiveram o mesmo destino com a expansão ferroviária do século XIX.

No entanto, o acaso impediu que São Bernardo sumisse completamente. Enquanto a população do povoado se transferiu para as cercanias da estação de São Bernardo, onde é hoje o município

de Santo André, o Ministério da Agricultura escolheu uma área próxima à antiga freguesia para sediar uma experiência de colonização, estabelecendo famílias de imigrantes italianos naquela região. Desta forma, a antiga vila de São Bernardo não desapareceu. Porém teve um desenvolvimento muito inferior ao povoado surgido nas imediações da estação de São Bernardo, distante 5,5 km da vila original.

A colônia de São Bernardo não foi a única da região. Junto à estrada de ferro e a alguns quilômetros de Santo André, o Ministério da Agricultura instalou outra colônia de imigrantes, São Caetano, cuja proximidade com a ferrovia também determinou rumos muito diferentes daquele de São Bernardo, tendo a sua industrialização se iniciado no início do século.

De todas as colônias instaladas nos arredores de São Paulo, Santana, Glória, São Caetano, Ribeirão Pires e Barão de Jundiá, São Bernardo foi a mais próspera. Os imigrantes ali instalados estabeleceram uma vinicultura bem sucedida tendo como mercado a emergente cidade de São Paulo.

Enquanto São Bernardo e São Caetano, por razões diversas, prosperaram, o núcleo de Ribeirão Pires foi bastante modesto. O fracasso das primeiras tentativas do estabelecimento da vinicultura e a pressão das dívidas de viagem levou os imigrantes a venderem suas terras como chácaras de lazer para cidadãos santistas. Os que restaram no vilarejo passaram a se dedicar ao extrativismo vegetal.

2. A ferrovia e o surgimento das primeiras indústrias

A ferrovia São Paulo Railway, hoje Santos-Jundiá, foi inaugurada em 1867. Era a primeira estrada de ferro que ligava o porto ao Oeste Paulista. Porém, não teve o mesmo papel desbravador que outras ferrovias paulistas, pois as áreas servidas por ela já estavam ocupadas (Cano, 1981: 33). De qualquer forma, contribuiu para a diminuição dos custos de transporte e para a economia de braços para a lavoura.

Ao longo do trajeto das ferrovias que passavam por São Paulo surgiram inúmeros "povoados-estação" cuja função era abrigar "vendas e botequins destinados a servir aos caipiras dos arredores, que agora para aí convergiam em busca da estação" (Langenbuch, 1973: 104). Na região do atual ABC surgiram alguns destes povoados. Além dos mencionados São Caetano, Estação de São Bernardo e Ribeirão Pires, ao longo da estrada localizavam-se também Rio Grande (hoje Rio Grande da Serra), Pilar (município de Mauá) e Alto da Serra (atual distrito de Paranapiacaba no município de Santo André). Ao lado da função comercial, estes núcleos desenvolveram algumas atividades extrativas e de beneficiamento de matérias-primas: madeiras, cerâmicas e olarias. Langenbuch (1973: 106) assinala a presença de madeiras em Rio Grande em 1887 e em Pilar em 1909. No mesmo ano, em Estação de São Bernardo localizava-se uma fábrica de móveis, a Streiff, com 50 trabalhadores. Em São Caetano os antigos colonos fundaram, em 1912, a Cerâmica Privilegiada São Caetano, utilizando o barro do rio Tamanduateí como matéria-prima e a ferrovia como meio de transporte para a Capital (Langenbuch, 1973: 106).

Ao lado destas fábricas começaram a surgir algumas iniciativas industriais independentes da utilização de matérias-primas locais. É o caso da fábrica de sabão e graxa, instalada já em 1876, e que em 1918 seria adquirida pelo Conde Francisco Matarazzo. Desta surgiu um grande conjunto químico que ali se localizou até recentemente. Também em São Caetano se instalaram uma fábrica de formicida (1890) e uma refinadora de óleo (1913) (Langenbuch, 1973: 109).

Próximo à Estação de São Bernardo instalaram-se as maiores fábricas da região, a Bergman, Kowarick & Cia. e Silva, Seabra & Cia., ambas do setor têxtil, a primeira com 204 operários em 1909 e a outra com 500 trabalhadores no mesmo ano (Langenbuch, 1973: 109). Este início prenunciava o futuro do município que, até a instalação das montadoras em São Bernardo do Campo, foi o mais importante do Estado, em termos industriais, excluindo a Capital.

A instalação de indústrias na região acompanhava o movimento geral da economia brasileira e paulista de uma intensificação da produção fabril. O crescimento industrial do período que vai do início do século, especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial, até a década de 30 foi fundamental para que a economia paulista concentrasse o processo de industrialização que viria a seguir.

O Estado de São Paulo, onde a economia mercantil exportadora atingiu o máximo desenvolvimento, reunia as melhores condições para sediar o avanço das fábricas. As origens da concentração industrial em São Paulo remontam ao início do século. As causas se encontram no crescimento e na diversificação do complexo cafeeiro:

"(..) a economia cafeeira de São Paulo foi a que apresentou maior dinamismo no contexto nacional. Resolvendo pioneiramente sérios problemas de infra-estrutura, como o dos transportes ferroviários, do porto marítimo, de comunicações e de urbanização, estava, ao mesmo tempo, criando um acúmulo de economias externas que beneficiariam a formação industrial, reduzindo-lhe os gastos de inversão e os custos de produção." (Cano, 1982: 227).

A indústria paulista "herdou" do café, além das condições financeiras, também condições técnicas para o seu crescimento. Porém, a diversificação da economia cafeeira e a urbanização decorrente deste processo foi responsável, também, pela constituição de um incipiente mercado de trabalho, fundamental para os primeiros tempos da industrialização.

A cidade de São Paulo tinha a preferência dos investidores para a localização das fábricas, pois era para onde afluíam todas as ferrovias do Estado, e onde se localizavam os principais bancos e sedes das companhias exportadoras, e mesmo a residência dos maiores produtores. Isto resultou num fluxo migratório crescente das zonas rurais de São Paulo e, depois, de outras unidades da federação, para a Capital, criando e adensando um mercado de

trabalho cada vez mais consistente, formado basicamente por imigrantes estrangeiros.

A localização das plantas industriais dentro da cidade de São Paulo foi ditada pelas condições técnicas para a implantação destes empreendimentos. Langenbuch (1973) sintetiza as exigências técnicas para a implantação de fábricas no trinômio **ferrovia - oferta de terrenos planos - existência de curso d'água**. Segundo o autor, a área da Capital melhor servida por estas condições nas primeiras décadas do século era aquela localizada próxima à estrada de ferro Santos-Jundiaí, pois ao lado dela corria o rio Tamanduateí.

Além destas razões técnicas para a localização das fábricas próximo às ferrovias, Cano (1982: 235) aponta outra de ordem econômica propriamente dita: a crescente penetração da indústria paulista em outros mercados e o aumento das exportações de São Paulo para o resto do País, que passa de 15% da produção total nos anos anteriores a 1920 para mais de 25% nesta década, atingindo mais de 50% na década de 1930. Isto implicava na constituição de um mercado nacional cada vez mais integrado e sob hegemonia da economia paulista. Fazia-se assim necessário a qualquer empreendimento industrial que pretendesse atingir estes mercados localizar-se próximo às ferrovias que davam acesso ao porto. Destas a principal era a Santos-Jundiaí.

Por estas razões, o trecho da Santos-Jundiaí entre as estações da Barra Funda e Moóca foi a primeira área ocupada por fábricas em São Paulo, entre 1875 e 1915 (Langenbuch, 1973: 87). Nos anos seguintes, a ferrovia continuou ditando a expansão industrial, acarretando uma relativa escassez e o conseqüente encarecimento desta área. Ressalte-se que a oferta de terrenos industriais na cidade não estava apenas vinculada à própria existência de áreas livres, mas se encontrava subordinada à especulação imobiliária que desde as primeiras décadas ocorria em São Paulo (Langenbuch, 1973: 132-135). A presença da especulação imobiliária desde as primeiras décadas e o encarecimento das áreas próximas às estações da Santos-Jundiaí no município de São Paulo

acabaram intensificando a instalação de fábricas nas imediações das estações de São Caetano e Santo André.

Além do trinômio ferrovia - curso d'água - terrenos planos, a região já contava com a presença de mão-de-obra imigrante da antiga colônia de São Caetano. No entanto, a população daquele povoado não era suficiente para atender toda a demanda por operários pelas indústrias que ali se instalaram. É certo que grande parte dos trabalhadores se dirigiam, a princípio, de São Paulo para as fábricas na região do ABC através da ferrovia. Porém, o crescimento industrial induziu o incremento populacional, pois a mão-de-obra procurava estabelecer-se próxima aos locais de trabalho. As próprias empresas incentivaram a transferência de operários para a região através da construção de vilas operárias.

A medida que a população era atraída pelas indústrias, São Caetano e Santo André passavam, aos poucos, a abrigar uma população maior que os empregos industriais gerados nestas cidades. Além de concentrar grande quantidade de operários para as fábricas da região, elas passaram a ser opções de moradia para os trabalhadores das fábricas próximas às estações da Santos-Jundiaí na Capital, pois o fluxo de trens entre Santo André e São Paulo aumentava e com isso cresciam também as facilidades para a população empregada no Ipiranga, Moóca, Brás e Barra Funda e que residiam nos subúrbios da ferrovia. A concentração de operários era extraordinária para a época. Em 1920 o município de São Bernardo, que ainda englobava toda a região, possuía uma população economicamente ativa de 6.708 habitantes. Destes, 65% se empregavam nos setores secundário e terciário. Em 1940, a população ativa já chegara a 34.131 e 90% estava empregada nestes dois setores. Na mesma época, Jundiaí, o segundo maior agrupamento nos arredores paulistanos, possuía uma população ativa de 20.012 habitantes, sendo que destes 58% se empregavam na indústria ou nos serviços (Langenbuch, 1973: 175).

Por todas estas razões, antes mesmo da década de 30, a faixa próxima à ferrovia no município de São Bernardo adquiriu um perfil industrial claro. Na década de 20 instalavam-se em São Caetano

duas grandes indústrias, a fábrica de rayon das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em 1926 e a General Motors que em 1927 instalou uma linha de montagem de automóveis. A estrada de ferro era fundamental para estas duas empresas que dependiam do abastecimento de matérias-primas provenientes de outros estados ou do exterior. Além destas inúmeras outras grandes empresas estabeleceram-se em Santo André no período: Fichet Haumont (1923), Pirelli (1923) e a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia (1923).

QUADRO 2: RELAÇÃO DOS VINTE PRINCIPAIS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DO ABC EM 1937

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	NÚMERO OPERÁRIOS	PRINCIPAIS PRODUTOS
Ind. Reunidas F. Matarazzo	S. Caetano do Sul	2 111	fios de seda artificial
S.A. Moínho Santista	Santo André	905	fiação
Cia Brasileira de Sedas Rhodioseta	Santo André	894	fios de seda artificial
General Motors do Brasil	S. Caetano do Sul	885	reparos e montagem de autos
Ind. Reunidas F. Matarazzo	S. Caetano do Sul	871	louças
Cia Bras. Metais e Metalurgia	S. Caetano do Sul	691	laminados
Pirelli S.A.	Santo André	681	fios de cobre e chumbo
S.A. Boyes	Santo André	586	tecidos
Barros Loureiro & Irmaos	S. Caetano do Sul	559	louças
Ind. Aliberte Ltda	S. Caetano do Sul	488	pentes e botões
Kowarick & Cia	Santo André	464	casimiras
Cia Bras. Fichet Schawartz Hamont	Santo André	351	serralheria
Cia Bras. de Cartuchos	Santo André	239	munição para armas
Ind. Pelosini	S. Bernardo do Campo	238	móveis
Justifica M. Luíza Ltda	Santo André	206	fiação
Cia Lindgerwood do Brasil	Santo André	176	máquinas de beneficiamento
Atlantis (Brazil) Ltda	Santo André	145	química
Ind. Pelosini	S. Bernardo do Campo	138	tecidos
Ind. Paulista de Porcelana Argilex	S. Caetano do Sul	122	louças
Cimento Roseo	S. Caetano do Sul	116	cimento

Fonte: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, Ano de 1937, São Paulo, 1939 (apud Cano, Negri e Pacheco, 1991, p.66).

O Quadro 2 mostra que já no final dos anos 30 a região concentrava um número razoável de grandes empresas de capital nacional ou estrangeiro, o que indica que a industrialização do ABC começou antes que ela se tornasse um processo autônomo e autodeterminado em nível nacional. As condições geográficas atraíram as primeiras fábricas e com elas estabeleceu-se na região uma mão-de-obra qualificada para o trabalho industrial. A

construção da Via Anchieta no final dos anos 40 serviu para consolidar a região como o polo industrial mais importante do entorno da Capital do Estado.

3. A Via Anchieta e o segundo período da industrialização do ABC

A Via Anchieta abriu novo espaço para a instalação da indústria na Grande São Paulo. Porém, a sua construção significou mais do que isso em termos de localização industrial, pois marcou a transição da matriz de transportes de ferrovia e naval para rodoviária. A partir dela concretizou-se a transferência do transporte de cargas com destino ao porto pela via rodoviária.

A princípio o transporte interestadual prosseguiu sendo feito, majoritariamente, pelo mar, enquanto não se completava a integração do mercado nacional e a metropolização do entorno da Capital. Nos anos 60 a transição se completou. Este é o momento fundamental para a economia do ABC. A partir daí, a Via Anchieta perdeu importância também em termos de localização fabril e um novo eixo industrial consolidou-se ao longo da Via Dutra e mais tarde nas demais rodovias do Estado de São Paulo. Apesar de não ter a mesma atratividade para grandes empresas como tivera nas décadas de 50 e 60, nos anos 70 a região do ABC manteve-se em crescimento, todavia cada vez mais circunscrito a Diadema e Mauá e apenas para pequenas e médias empresas.

B. A Estrutura Industrial do ABC

Assim como o que ocorreu na Região Metropolitana, o processo de desconcentração industrial trouxe modificações apenas marginais na estrutura industrial da região do ABC. Somente a indústria de material elétrico e de comunicações teve sua participação reduzida de maneira significativa. Isto porque esta indústria transferiu-se nos anos 70, na sua maior parte, para a Zona Franca de Manaus.

A indústria de material de transportes reduziu sua participação na década de 70, porém permaneceu estável nos primeiros anos do decênio seguinte. Como decorrência da queda na

participação da indústria automobilística, os ramos metalúrgico, indústria mecânica e química cresceram de importância na estrutura industrial do ABC.

TABELA 16

REGIÃO SUDESTE DA GRANDE SÃO PAULO (ABC)

ESTRUTURA INDUSTRIAL - PARTICIPAÇÃO DE CADA GÊNERO E GRUPO NO TOTAL DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

GRUPO/GÊNERO - ANO	1970	1975	1980I(1)	1980II(2)	1985(3)
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS/CAPITAL	48.72%	38.61%	47.17%	56.62%	nd
Mecânica	7.41%	12.32%	12.79%	13.44%	15.39%
Material Elétrico e de Comunicações	6.19%	5.35%	3.53%	0.29%	1.87%
Material de Transportes	34.20%	19.84%	28.97%	30.98%	28.28%
Diversos	0.92%	1.10%	1.88%	11.91%	nd
BENS INTERMEDIÁRIOS	42.05%	52.47%	45.62%	nd	nd
Minerais não Metálicos	4.30%	4.06%	2.94%	0.84%	1.19%
Metalurgia	10.84%	17.60%	14.63%	14.02%	15.38%
Madeira	0.29%	0.45%	0.36%	nd	nd
Papel e papelão	0.42%	0.40%	0.41%	nd	nd
Borracha	6.25%	5.57%	3.43%	3.11%	6.14%
Couros e peles	0.11%	0.14%	0.08%	nd	nd
Química	18.56%	22.18%	21.88%	23.20%	27.73%
Matérias Plásticas	1.29%	2.07%	1.89%	1.23%	3.10%
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	9.23%	8.92%	7.21%	nd	nd
Mobiliário	1.18%	1.40%	1.03%	nd	nd
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1.65%	1.06%	0.78%	nd	nd
Perfumaria, sabões e velas	0.56%	0.86%	0.58%	nd	nd
Têxtil	2.33%	1.18%	1.43%	nd	nd
Vestuário e calçados	0.50%	0.48%	0.61%	nd	nd
Produtos alimentares	2.55%	3.36%	2.13%	0.97%	0.92%
Bebidas	0.00%	0.19%	0.16%	nd	nd
Fumo	0.00%	0.00%	0.00%	nd	nd
Editorial e gráfica	0.46%	0.38%	0.49%	nd	nd

Fonte: Censos Econômicos do IBGE

Notas: (1) Resultados do Censo Econômico de 1980 sob a antiga metodologia; (2) Resultados do Censo Econômico de 1980 corrigidos pela metodologia utilizada no Censo de 1985; (3) Os valores de 1980II e 1985 estão subestimados dado que não foram divulgados os resultados completos por município.

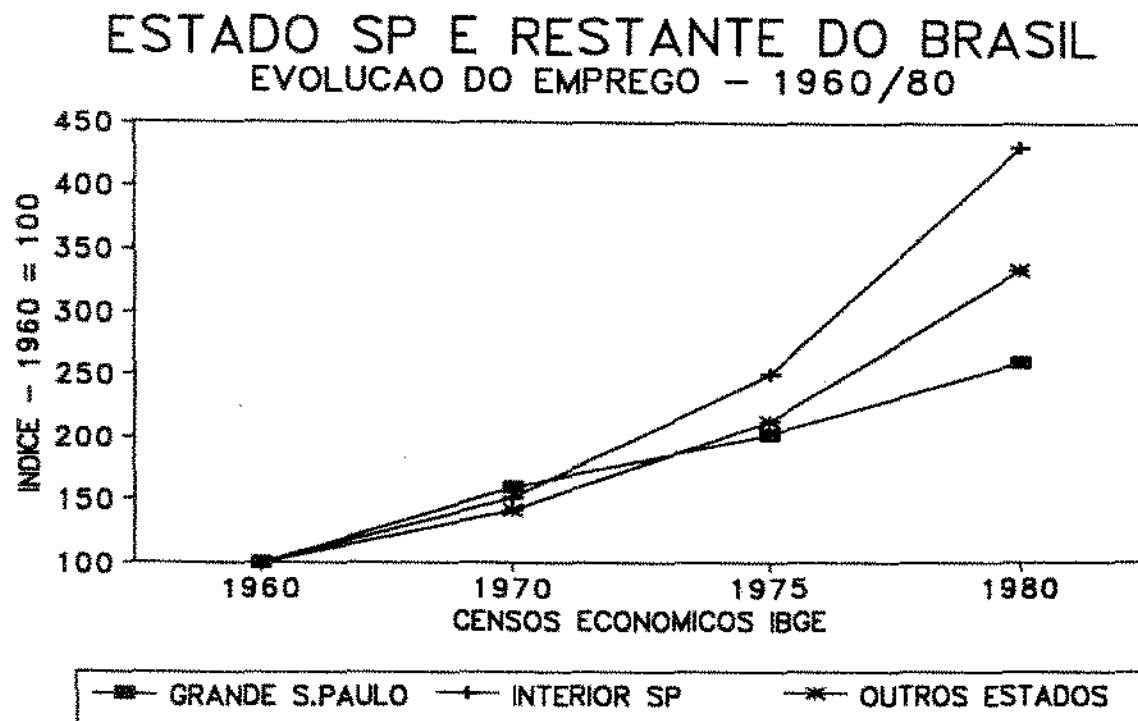
C. Desconcentração Industrial do ABC

1. Década de 60: o início do processo

A desconcentração industrial, definida de maneira simples, como queda na participação relativa de uma região no total do emprego e/ou do produto, iniciou-se na Região Metropolitana de São

Paulo no início dos anos 70. O gráfico 1 demonstra isto com clareza.

Gráfico 1

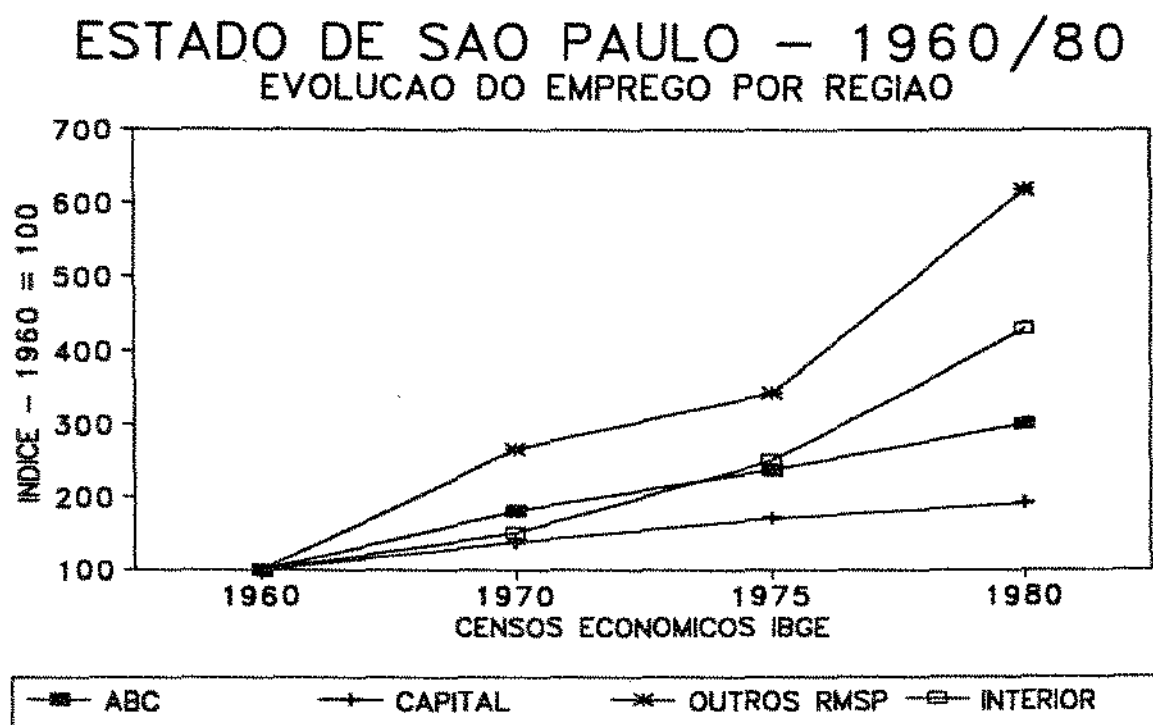


Fica muito claro que o ritmo de crescimento da Região Metropolitana não acompanhou as demais regiões do Estado e do País a partir de 1970. A comparação mostra que a partir dos primeiros anos da década a Grande São Paulo passou a ter taxas de crescimento do emprego⁽²⁵⁾ inferiores às do Interior, mas não se diferenciou sobremaneira do restante do País. Com o advento do II PND a taxa de crescimento da Região Metropolitana passou a ser bem menor que a das outras regiões brasileiras. Ressalve-se que a Grande São Paulo permaneceu crescendo, porém a taxas menores.

²⁵ A análise da desconcentração industrial nos anos 70 será feita com base nos dados de emprego dado que a manutenção dos mesmos padrões tecnológicos naquele período permite supor que não houvesse grandes diferenças entre a produtividade das indústrias instaladas na Região Metropolitana de São Paulo e a do restante do País. Desta forma-se evita-se a utilização, sempre discutível, de indexadores para um período tão longo.

Apesar de em termos de Região Metropolitana como um todo o início da desconcentração industrial ter sido nos anos 70, se nos circunscrevermos ao ABC e à Capital o processo iniciou-se ainda na década de 60. O gráfico 2 mostra que o município de São Paulo e o ABC desde os anos 60 cresceram menos que o restante da Grande São Paulo. Isto deveu-se ao movimento de transferência das áreas de expansão industrial ao longo das ferrovias e da Via Anchieta para Via Dutra e depois para outros eixos rodoviários ao redor da Região Metropolitana.

Gráfico 2



Iniciada na década de 60, a desconcentração industrial que atingiu o ABC e a Capital intensificou-se na década de 70, quando o Interior do Estado e outras regiões do País passaram a acompanhar o movimento ascendente dos municípios restantes da RMSP. No caso específico do ABC, nos anos 70 inúmeras grandes empresas expandiram-se fora da região: Rhodia, Cofap, Brasilit, General Elétric (que mais tarde vendeu suas instalações para a

Black & Decker e retirou-se do mercado brasileiro), Mercedes Benz e, os casos mais notórios, Volkswagen e General Motors, que montaram novas fábricas no Vale do Paraíba.

Os dados da tabela a seguir mostram que entre 1970 e 1980 alguns dos setores de maior destaque da indústria do ABC - material de transporte, química, material elétrico e de comunicações e borracha - desconcentraram sua produção. Dos ramos importantes, apenas as indústrias mecânica e metalúrgica do ABC mantiveram seus índices de participação.

TABELA 17
SUB-REGIÃO SUDESTE DA GRANDE SÃO PAULO (ABC)- PARTICIPAÇÃO DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL NA
INDÚSTRIA BRASILEIRA POR GRUPO E GÊNERO - EM PORCENTAGEM - 1970/85

GRUPO/GÊNERO - ANO	1970	1975	1980I(1)	1980II(2)	1985(3)
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS/CAPITAL	23.89%	14.25%	15.40%	16.40%	nd
Mecânica	11.60%	10.73%	11.20%	10.44%	9.69%
Material Elétrico e de Comunicações	12.69%	8.36%	4.51%	0.33%	1.43%
Material de Transportes	47.40%	28.08%	34.58%	32.81%	25.48%
Diversos	4.83%	5.14%	6.30%	35.34%	nd
BENS INTERMEDIÁRIOS	12.54%	11.56%	9.83%	8.11%	nd
Minerais não Metálicos	8.06%	5.85%	4.63%	1.18%	1.61%
Metalurgia	10.35%	12.53%	11.19%	9.52%	7.29%
Madeira	1.26%	1.38%	1.23%	nd	nd
Papel e papelão	1.81%	1.42%	1.32%	nd	nd
Borracha	35.39%	30.03%	24.28%	19.49%	19.29%
Couros e peles	1.89%	2.32%	1.54%	nd	nd
Química	20.48%	16.56%	13.37%	12.58%	9.27%
Matérias Plásticas	7.57%	8.28%	7.32%	4.24%	8.01%
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	2.52%	2.39%	2.03%	0.24%	nd
Mobiliário	6.23%	6.33%	5.14%	nd	nd
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	5.39%	3.72%	4.37%	nd	nd
Perfumaria, sabões e velas	3.96%	6.33%	5.41%	nd	nd
Têxtil	2.75%	1.73%	2.04%	nd	nd
Vestuário e calçados	1.65%	1.14%	1.14%	nd	nd
Produtos alimentares	2.09%	2.68%	1.63%	0.66%	0.44%
Bebidas	-	0.97%	1.04%	nd	nd
Fumo	-	-	-	nd	nd
Editorial e gráfica	1.37%	0.93%	1.74%	nd	nd

Fonte: Censos Econômicos do IBGE

Notas: (1) Resultados do Censo Econômico de 1980 sob a antiga metodologia; (2) Resultados do Censo Econômico de 1980 corrigidos pela metodologia utilizada no Censo de 1985; (3) Os valores de 1980II e 1985 estão subestimados dado que não foram divulgados os resultados completos por municípios.

2. A Desconcentração Industrial na Década de 80

A desconcentração industrial prosseguiu nos anos 80, porém em intensidade menor que nas duas décadas anteriores. A coincidência com a crise econômica acentuou suas conseqüências dando maior visibilidade ao fenômeno. Rapidamente, a emergência do novo sindicalismo passou a ser apontado como uma de suas causas⁽²⁶⁾.

Apesar de não dispormos de um quadro completo da década de 80, os resultados do Censo Industrial de 1985 nos permitem vislumbrar o que ocorreu nos principais ramos industriais da região. A indústria de material de transportes da região apresenta desde 1970 uma queda ininterrupta na sua participação no total da indústria nacional. Na década de 70, como vimos, isto deveu-se à desconcentração da produção de várias montadoras e autopeças da região para o Interior do Estado e para outras regiões do País. Nos anos 80, no entanto, este não é a causa predominante. Como mostraremos mais adiante, a desconcentração resultou da instalação de novos fabricantes em outros estados do País (FIAT, Volvo, Agrale).

Outros ramos importantes para a região, química, borracha, metalurgia e mecânica, desconcentraram-se nos anos 70, como demonstra a tabela 17, porém mantiveram praticamente estáveis seus índices de participação a partir de 1980.

3. Causas da desconcentração industrial no ABC

Das causas apontadas para a desconcentração industrial do ABC, três são as mais citadas em entrevistas concedidas por empresários a jornais e pesquisas⁽²⁷⁾: ausência ou custo de terrenos; restrições legais; força do sindicalismo/custos salariais. Estas são, digamos, causas internas. Outras razões apontadas para que as grandes empresas preferissem outras regiões são externas ao ABC: a expansão do mercado nacional, a melhoria

26 As causas da desconcentração serão discutidas no próximo item.

27 Além do noticiário de imprensa utilizamos pesquisas realizadas pelo Consórcio Intermunicipal da Bacia do Alto Tamanduatê e entrevistas com empresários de Santo André realizadas pelo Prof. Barjas Negri, do Instituto de Economia da UNICAMP, que gentilmente cedeu-nos as fitas destas entrevistas.

das condições de infra-estrutura em outras regiões e as vantagens fiscais oferecidas por outros estados e/ou municípios.

São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Santo André desde os anos 60 vêm perdendo atratividade para a localização industrial. As causas podem ser apontadas na disponibilidade e no preço de terrenos industriais. No caso do primeiro não há, de fato, áreas disponíveis para a instalação e/ou expansão de fábricas. Nas outras duas cidades o custo dos terrenos elevou-se em demasia. Contribuiu para isso a inclusão de parte significativa destes dois últimos municípios como áreas de proteção aos mananciais: 53,6% da área total de Santo André e 52,5% em São Bernardo do Campo.

As restrições legais foram fundamentais no impedimento da industrialização de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Ambos estão inteiramente dentro da área de proteção aos mananciais. No primeiro, inclusive, a CETESB embargou obras de expansão de 40 das 60 indústrias do município e impediu a instalação de outras 8 em meados da década de 70 em função da proteção aos mananciais (Diário do Grande ABC, 03/01/1976).

Os casos de Diadema e Mauá indicam que nem a escassez de terrenos, nem a Lei de Proteção aos Mananciais podem ser apontadas como causas para a diminuição do ritmo de crescimento. Diadema manteve nos anos 70 altas taxas de crescimento, configurando-se numa excelente área de expansão industrial (Andrade, 1979). No início da década de 80 dispunha ainda de dois a três milhões de metros quadrados para a instalação de indústrias (Diário do Grande ABC, 5/10/1980). O pólo de Sertãozinho em Mauá também comportaria mais indústrias, porém no início da década de 80 já não havia demanda para os terrenos da área (Diário do Grande ABC, 5/10/1980). Os problemas relativos à legislação ambiental não criavam obstáculos, pois as áreas dentro da área de proteção aos mananciais são 21,8% em Diadema e 19,4% em Mauá.

No entanto, a questão realmente específica do ABC é a forte atuação sindical. Este é um ponto polêmico de qualquer estudo

sobre a economia da região. Segundo a opinião de alguns empresários a atuação dos sindicatos trouxe uma elevação dos custos salariais, tornando-os muito maiores do que no restante do Estado. Este teria sido o principal fator de expulsão das indústrias da região.

Na nossa opinião o sindicalismo do ABC, capitaneado pela CUT, não trouxe grandes impedimentos à expansão da indústria na região. Em primeiro lugar porque a desconcentração industrial iniciou-se ainda nos anos 60 e começo dos 70, durante o regime autoritário e muito antes da eclosão das greves operárias do final da década de 70. Ainda que a princípio o movimento sindical do ABC implicasse em custos salariais maiores que outras regiões, o crescimento dos sindicatos em todas as regiões industriais do país - Campinas, Vale do Paraíba, Betim, Porto Alegre - também foi notório. Ademais, não há diferenças significativas entre os salários pagos no Interior e na Grande São Paulo ou no ABC, pois todos os sindicatos seguem orientação de alguma central sindical e a competição entre elas próprias equipara as reivindicações salariais. No caso das grandes empresas com mais de uma planta, os salários pagos a operários que ocupam a mesma função são iguais em todas as unidades, pois a percepção da prática de salários diferenciados para uma mesma função criaria um sério problema nas relações trabalhistas da empresa. É admissível que para algumas pequenas empresas o movimento sindical tenha sido levado em conta como um fator a mais a favor da desconcentração; não pelo lado do custo salarial, estritamente, mas pelas dificuldades de relacionamento patronal com os sindicatos.

A razão determinante para a desconcentração, no entanto, foi a metropolização de São Paulo. Este processo coincide com a integração do mercado nacional (Araújo, 1992). A formação de uma metrópole ao redor das várias rodovias que saem de São Paulo está ligada à saída crescente de mercadorias para o restante do território nacional. Isto permitiu o surgimento de outras oportunidades de localização industrial.

A história da industrialização do ABC esteve, como vimos, desde o início determinada pela sua localização intermediária entre São Paulo e Santos. A ligação entre a Capital e o porto foi fundamental para definir a região como área de expansão industrial de São Paulo; primeiro através da ferrovia e, posteriormente, através da Via Anchieta nos anos 50 e 60. A metropolização de São Paulo e o crescimento da malha rodoviária, em especial a partir da construção da Via Dutra, que ligava as duas maiores cidades do país, fez diminuir a importância de Santos como escoadouro da produção para outras regiões do País e reduziu as vantagens relativas da localização do ABC.

A desconcentração, por isso, não foi decorrente de custos produtivos crescentes nas plantas da região do ABC atribuíveis à própria localização. Porém o custo de oportunidade de expandir-se no Interior ou em outros estados próximos à São Paulo apresentava-se vantajoso.

Agravando este quadro, não houve investimentos urbanísticos que compensassem esta perda relativa, principalmente no acesso ao ABC. A ligação da indústria do ABC com outras rodovias só foi completada na década de 90 através do mini-anel viário. Até então, a ligação entre a região e as vias de acesso ao Interior do Estado e a outras regiões do país era feito pela Avenida do Estado, sempre congestionada e com constantes problemas de inundações (28). Porém, mesmo não havendo mais a necessidade de passar pelo centro de São Paulo para se atingir o ABC, a ligação com as rodovias que dão acesso ao Interior e outros estados ainda é feita através de algumas grandes avenidas também congestionadas, como a Avenida dos Bandeirantes (na Zona Sul da Capital que dá acesso à Castelo Branco e Raposo Tavares) e as avenidas Aricanduva e Salim Farah Maluf (Zona Leste, ligando o ABC à Via Dutra, Fernão Dias e Rodovia dos Trabalhadores).

28 A partir disso pode-se supor um custo de transporte crescente, um caso típico de deseconomia de aglomeração.

D. EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DO ABC NA DÉCADA DE 80

Os anos de crescimento econômico terminaram junto com a década de 70. A recessão se iniciou em 1981 e intensificou-se no segundo semestre de 1982 com a crise da dívida externa. Toda a indústria foi atingida, quando não diretamente pela queda da demanda, ao menos pela restrição ao crédito, aumento das taxas de juros e pelo custo crescente das matérias-primas importadas.

Os piores anos da "década perdida" foram 1981 e 1983. A recuperação econômica começou pelos setores exportadores, matérias-primas semi-industrializadas e commodities especialmente, e difundiu-se para outros setores industriais a partir de 1985, chegando ao auge em 1986 em decorrência dos efeitos positivos do Plano Cruzado. A partir do ocaso do Plano Cruzado e com o fracasso das seguintes tentativas de estabilização, a indústria entrou em relativa estagnação, alternando taxas de crescimento positivas e negativas, até 1990 quando a queda do PIB chegou à 4,4% e a do produto industrial 8,0%.

TABELA 18
BRASIL - VARIAÇÃO DO PIB TOTAL E
INDUSTRIAL - EM % - 1980/92

ANO	PIB TOTAL	PIB INDUSTRIAL
1980	9,2	9,2
1981	-4,5	-8,8
1982	0,5	0,0
1983	-3,5	-5,8
1984	5,3	6,6
1985	7,9	8,3
1986	7,6	11,8
1987	3,6	1,1
1988	-0,1	-2,6
1989	3,3	2,9
1990	-4,4	-8,0
1991	0,9	-0,6
1992	-0,9	-3,6
1993	4,9	8,8

Fonte: BACEN - Elaboração FUNDAP/IESP

São Paulo, o estado mais industrializado do País esteve no "olho do furacão". A sua indústria foi a mais atingida pela crise

em virtude da concentração dos setores de bens de capital e de consumo durável. E em razão disso, o impacto foi diferenciado em seu território, como vimos anteriormente.

A sub-região Sudeste da Grande São Paulo, objeto deste estudo, teve um comportamento intermediário na década de 80 entre o do município de São Paulo e os demais da Região Metropolitana. As taxas de queda no Valor Adicionado entre 1980 e 1983 foram pouco maiores que o dos outros municípios da Região Metropolitana, porém menores que a diminuição do produto na Capital. A recuperação econômica entre 1983 e 1985 foi, todavia, pífia no caso da Capital e do ABC, ficando 39,7% e 30,7% abaixo do valor de 1980, respectivamente. No restante da Grande São Paulo em 1985 o Valor Adicionado esteve 13,2% abaixo do nível de 1980 (ver Tabelas 8 a 13).

Este desempenho negativo deve-se a uma combinação de fatores que vão desde a desconcentração industrial, até a particular estrutura industrial do ABC que é concentrada nos setores produtores de bens de capital - indústria mecânica - e bens de consumo duráveis - material de transportes em especial - cuja elasticidade-renda elevada os tornou fortemente afetados pela estagnação econômica brasileira.

A desconcentração industrial, apesar de presente nos anos 80, perdeu impulso a partir do final da década de 70, em razão da redução dos investimentos privados na expansão da produção. O comportamento da economia do ABC, assim como a da Região Metropolitana, passou a ser ditado pelo desempenho dos principais setores da sua estrutura industrial. No caso do ABC, o peso relativo da indústria de material de transporte acabou sendo fundamental para explicar especialmente os problemas de emprego, como se verá adiante.

1. Comportamento dos Principais Ramos

a) Material de Transportes

Os dois maiores segmentos da indústria de material de transporte, autopeças e produção de veículos, tiveram no país nos primeiros anos da década níveis de produção inferiores a de 1980. O faturamento deste ano foi maior que o dos quatro anos seguintes nos dois segmentos. Apenas em 1985 a indústria retornou ao faturamento de 1980, crescendo a partir daí ininterruptamente até 1989.

A indústria automobilística do ABC esteve condicionada pela demanda do mercado interno e externo, mas também pelo processo de concorrência empresarial. As empresas instaladas no ABC não desconcentraram sua produção como ocorreu na década de 70 com a inauguração de novas fábricas. No entanto, perderam mercado com a entrada de novos fabricantes que se instalaram fora da região: FIAT em Betim - MG, Volvo em Curitiba - PR e Agrale em Caxias do Sul - RS. Destas, a primeira é a mais importante, pois enquanto em 1980 sua fatia de mercado de automóveis era em 1980 de 15,6%, em 1989 já chegara à 20,5% (ANFAVEA, 1992). Desta forma, houve desconcentração setorial, porém não mais provocada por investimentos das empresas da região em outros lugares, mas pela entrada de novos fabricantes.

No caso do setor de autopeças os grande fabricantes do ABC já haviam aberto suas fábricas fora da região nos anos 70. Durante a década de 80 este processo prosseguiu em menor escala. Apesar disso, o grau de concentração ainda é alto: 18,5% dos estabelecimentos e 15,5% do pessoal empregado no Brasil localizam-se no ABCD (Sindipeças, 1993)⁽²⁹⁾. Assim, a transferência de pequenas e médias empresas para o Interior e outros estados não explica o desempenho da indústria de material de transporte da região. O fundamental foi a própria crise econômica que atingiu de maneira diferenciada grandes e pequenos fabricantes do setor.

²⁹ Inclui apenas Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

b) Mecânica

Os anos 80 foram trágicos para o setor de bens de capital, principal segmento da indústria mecânica. A diminuição das encomendas públicas a partir de 1980 detonou uma violenta crise no setor. A queda no número de trabalhadores empregados reflete isto. Num setor onde predominam pequenas e médias empresas a capacidade de resistência à recessão era escassa. Um número muito grande de empresas fechou suas portas e as que sobreviveram o fizeram com uma alta taxa de ociosidade de pessoal e equipamentos durante estes anos.

A localização destas empresas não se modificou durante os anos 70 devido à grande dependência de mão-de-obra qualificada, escassa no Interior do Estado e em outras regiões do país. Na década de 80, o alto grau de ociosidade do setor inibiu qualquer processo de desconcentração da produção, de forma que ele permanece concentrado na Grande São Paulo, Capital e ABC em especial. Do total de fabricantes 15,5% localizam-se no ABC segundo a ABIMAQ.

Por causa disso, no caso da indústria mecânica não há grande diferenças entre o Interior e a Região Metropolitana no comportamento desta indústria durante a década de 80. No ABC o setor teve a partir de 1987 um desempenho melhor que no restante do Estado, superando inclusive o Valor Adicionado de 1980. Isto se deveu, provavelmente, ao segmento de máquinas agrícolas localizado na região, Maxion-Iochpe, Ford Tratores (desativada no início da década de 90).

c) Metalurgia

O setor metalúrgico apresenta uma grande variedade de produtos que servem de matérias-primas para outros ramos industriais. A provável integração com o ramo automobilístico explica o comportamento negativo nos primeiros anos da década, pois muitas empresas do setor não suportaram a queda nas vendas e

fecharam. A relativa recuperação a partir de 1985 acompanhou a indústria de material de transporte.

O desempenho negativo do setor comparado aos números do Interior do Estado e do restante da Região Metropolitana (excluindo-se a Capital) podem ser atribuídos não só ao encadeamento produtivo com os ramos automobilístico e mecânico, mas também a uma relativa desconcentração industrial, com o fechamento de fábricas na região e o aparecimento de outras naquelas áreas.

d) Química

O polo petroquímico em torno da Petroquímica União concentra a maior parte do produto gerado pelo setor na região e produz insumos para diversos outros ramos, o que o torna dependente do comportamento de uma grande variedade de gêneros industriais. Isto dificulta o encontro das causas do desempenho da química na região. Ademais, há um número alto de pequenos e médios estabelecimentos, fabricando produtos dos mais diversos.

Assim como no caso da indústria metalúrgica, também a indústria química do ABC teve um desempenho muito pior nos anos 80 que a do restante do Estado e do País. Em parte isso foi provocado pela entrada em operação de outras plantas petroquímicas originárias do II PND e que atraíram investimentos privados complementares para os polos de Camaçari, São José dos Campos e Paulínia, desconcentrando a produção de algumas firmas localizadas no ABC.

V. PROBLEMAS DECORRENTES DA CRISE, DO AJUSTE E DA DESCONCENTRAÇÃO NO ABC

Como vimos nos capítulos precedentes, o comportamento da indústria do ABC esteve condicionado por três movimentos mais ou menos simultâneos: recessão, ajuste à abertura e desconcentração industrial. As consequências desta coincidência de fatores foi a deterioração da base fiscal dos municípios e o aumento do desemprego.

Do ponto de vista fiscal a recessão e a desconcentração industrial foram os determinantes na queda dos índices de participação na distribuição do ICMS dos maiores municípios da região, compensados pelo aumento das receitas próprias e de mudanças institucionais que privilegiaram os municípios na repartição do ICMS. Do lado do emprego, a crise é mais profunda. Além da própria recessão e da desconcentração industrial, o emprego foi duramente atingido pelo ajuste empreendido pelas grandes empresas. O intuito de apresentar estas duas questões é qualificar as consequências para a região dos processos descritos nos capítulos anteriores.

A. Problemas fiscais

A diminuição da atividade industrial na região do ABC traz como consequência um problema fiscal em potencial devido à tendência de redução das transferências estaduais oriundas do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os municípios da região⁽³⁰⁾. Esta tendência se expressa na redução dos índices de participação dos municípios na distribuição deste imposto para São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul. Na verdade, as outras cidades têm mantido ou mesmo ampliado seus índices; todavia, como os municípios originais têm uma importância maior, isto tem feito com que, no total, a região venha recebendo uma parcela menor em termos relativos. Esta

30 As transferências federais têm uma importância muito pequena na receita destes municípios devido ao critério de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) privilegiarem as pequenas cidades (FUNDAP, 1993: 15-16). Apenas para Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires a cota-parte do FPM tem um valor significativo, 24,3% e 15,1% da receita total destes municípios em 1990, respectivamente.

redução ainda não se concretizou em termos absolutos em virtude das inúmeras reformas na distribuição e na abrangência deste imposto que foram sendo introduzidas ao longo da década de 80 e, principalmente, na Constituição de 1988. Estas modificações diminuíram o impacto da queda nos índices de participação.

Não houve um comportamento uniforme ao longo da década no que se refere ao ICMS e às transferências deste para os municípios. No início dos 80, a queda da atividade econômica levou a uma redução da arrecadação do ICM, imposto que precedeu o ICMS. Os municípios do ABC foram as vítimas principais. Os setores mais atingidos pela crise foram também os mais dinâmicos da economia - bens de capital e bens de consumo duráveis - trazendo como consequência imediata a redução de sua participação na arrecadação do imposto e de seus índices de participação. A relativa recuperação econômica e, em especial, a nova abrangência do imposto, incluindo parte do setor serviços, fez com que sua receita voltasse a crescer, porém menos no ABC que no restante do Estado devido à desconcentração e aos efeitos da recessão sobre a região.

As regras de repartição da cota-parte municipal do ICMS privilegiam a base econômica. A Constituição em vigor até 1988 estabelecia que no mínimo 75% dos recursos do ICMS destinados aos municípios deveriam ser distribuídos segundo o valor adicionado gerado em seu território, critério que não foi alterado pela nova Carta (FUNDAP, 1993: 18). A legislação estadual que regulamenta esta distribuição, Lei nº 3.201/81 e Decreto nº 21.950/84, determina que no caso do Estado de São Paulo este percentual seja de 80% (op cit: 18).

A queda nos índices de participação não é um fenômeno particular do ABC, mas da própria Região Metropolitana. Porém, foram os municípios de industrialização consolidada⁽³¹⁾, ABC e Capital, que tiveram quedas maiores. Deve-se salientar que não houve um comportamento uniforme no próprio ABC, podendo-se separá-los em dois grupos distintos: o primeiro, onde houve queda no

31 Chamamos de municípios de industrialização consolidada aqueles que se industrializaram nos primeiros anos da industrialização pesada e não tiveram aumento significativo do produto durante a década de 80.

índice de participação na arrecadação: Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo; o segundo, de crescimento nestes índices de participação: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e, apesar de inexpressivo para o total, Rio Grande da Serra. Ainda assim, o comportamento global, devido ao peso dos três municípios originais da região, é de queda.

TABELA 19

REGIÃO METROPOLITANA E SUB-REGIÃO SUDESTE

PARTICIPAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DE ICMS DO ESTADO - 1980/91 - EM PORCENTAGEM

MUNICÍPIO	1980	1985	1988	1989	1990	1991
SANTO ANDRÉ	4.41	2.89	2.37	2.38	2.58	2.36
SÃO BERNARDO DO CAMPO	5.94	4.47	3.66	3.78	4.05	3.86
SÃO CAETANO DO SUL	1.69	1.23	1.11	1.03	0.97	1.15
DIADEMA	1.17	1.29	1.43	1.55	1.63	1.61
MAUÁ	0.97	1.56	1.13	1.12	1.32	1.48
RIBEIRÃO PIRES	0.19	0.24	0.24	0.22	0.23	0.25
RIO GRANDE DA SERRA	0.02	0.03	0.03	0.03	0.04	0.04
SUB-REGIÃO SUDESTE	14.39	11.71	9.97	10.12	10.81	10.74
CAPITAL	39.33	34.00	32.98	33.99	31.62	30.69
REGIÃO METROPOLITANA - OUTROS ⁽³²⁾	8.27	9.37	10.06	10.11	10.70	10.80

Fonte: Fundação SEADE

O crescimento da arrecadação do ICMS no Estado, decorrente da ampliação da abrangência do imposto a partir de 1988, permitiu que a cota-parte recebida pelos municípios da região chegassem no começo dos anos 90 a valores próximos dos obtidos em 1980, no caso daqueles que tiveram queda na sua participação relativa, ou crescesse no caso dos demais. Neste aspecto Diadema teve um comportamento excepcional com um crescimento de 116,1% entre 1980 e 1991. Santo André, no pólo oposto, teve a maior queda nas transferências oriundas de ICMS. A queda nos índices de participação de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul não vêm sendo compensadas pelo crescimento nos demais municípios, resultando numa redução na participação da região no total do Estado. Pode-se, portanto, supor que há uma tendência à queda nas transferências para os municípios do ABC.

32 Exclui sub-região Sudeste e município de São Paulo.

Há em potencial um grave problema se aproximando. A plena vigência da Constituição de 1988 deu-se apenas em 1991. Neste período o crescimento das transferências oriundas do ICMS pode ser atribuída às mudanças ocorridas na base de cálculo do imposto e em uma nova repartição que privilegiou os municípios. Não dispomos de dados mais atualizados sobre as transferências deste tributo. No entanto a queda na arrecadação em 1992 e 1993 (Indicadores IESP, nº 24), ao certo, implicou em menores transferências.

TABELA 20

ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO METROPOLITANA E SUB-REGIÃO SUDESTE
COTA-PARTE DE ICMS - EVOLUÇÃO 1980/91 - ÍNDICE: 1980 = 100

MUNICÍPIO	1980	1985	1988	1989	1990	1991
SANTO ANDRÉ	100.0	67.9	52.8	81.2	104.4	88.9
SÃO BERNARDO DO CAMPO	100.0	73.5	65.2	90.2	114.5	101.5
SÃO CAETANO DO SUL	100.0	71.4	62.1	87.3	96.8	106.3
DIADEMA	100.0	108.5	115.5	189.9	236.5	216.1
MAUA	100.0	126.7	88.0	131.9	184.0	189.6
RIBEIRÃO PIRES	100.0	127.7	121.9	191.7	231.7	198.3
RIO GRANDE DA SERRA	100.0	155.6	149.0	233.9	293.7	nd
SUB-REGIÃO SUDESTE	100.0	79.7	68.1	100.3	127.0	116.2
CAPITAL	100.0	84.4	78.5	122.4	137.3	121.7
REGIÃO METROPOLITANA - OUTROS	100.0	111.0	115.3	175.0	219.0	nd
ESTADO DE SÃO PAULO ⁽³³⁾	100.0	98.0	92.7	138.8	166.9	nd

Fonte: Fundação SEADE

Deflator: IGP - DI

Os municípios, dada a diferença no comportamento destas transferências, tiveram reações distintas. Os que tiveram queda em seus índices de participação não ficaram passivos, fazendo crescer suas receitas próprias. Santo André elevou-as em 185,5% entre 1980 e 1991, São Bernardo do Campo em 158,6% e São Caetano do Sul em 75,4%. Diadema, apesar de apresentar aumento nas transferências de ICMS também elevou as receitas próprias em 117,2%. Este fato leva a concluir que a capacidade de arrecadação própria dos municípios é bastante elevada.

33 Municípios agregados.

Os demais municípios, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, não seguiram os grandes da região, evitando o desgaste político decorrente da elevação das receitas próprias, das quais a mais proeminente é o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

A elevação das receitas próprias não é, como se pode depreender da tabela abaixo, um comportamento isolado dos municípios do ABC. Ao contrário, é generalizado em toda a Grande São Paulo e, em medida menor, no Estado de São Paulo.

TABELA 21

ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO METROPOLITANA E SUB-REGIÃO SUDESTE

RECEITA MUNICIPAL PRÓPRIA - EVOLUÇÃO 1980/91 - 1980 = 100

MUNICÍPIO	1980	1985	1988	1989	1990	1991
SANTO ANDRÉ	100.0	108.0	81.7	153.3	168.9	285.5
SÃO BERNARDO DO CAMPO	100.0	91.0	80.6	174.8	190.5	258.6
SÃO CAETANO DO SUL	100.0	86.1	168.6	181.0	197.1	175.4
DIADEMA	100.0	98.6	67.8	309.5	209.7	217.2
MAUÁ	100.0	50.8	38.0	116.8	81.8	77.8
RIBEIRÃO PIRES	100.0	97.2	62.1	77.7	63.2	92.1
RIO GRANDE DA SERRA	100.0	83.0	58.0	80.3	109.0	nd
SUB-REGIÃO SUDESTE	100.0	93.4	84.2	173.4	173.9	234.7
CAPITAL	100.0	73.2	74.7	113.4	107.0	97.6
REGIÃO METROPOLITANA - OUTROS	100.0	106.6	93.5	249.5	205.6	nd
ESTADO DE SÃO PAULO	100.0	84.3	80.0	135.6	124.0	nd

Fonte: Fundação SEADE

A elevação da arrecadação de receitas próprias através do aumento de impostos diretos como o IPTU, independente do desgaste político que provoca, trouxe como consequência principal um maior grau de autonomia destes municípios do ponto de vista financeiro. Em Santo André, a cidade mais populosa, as receitas próprias representaram 53,5% da receita total em 1991, superando as transferências estaduais. Diadema esforçou-se para conseguir maior autonomia financeira, pois não esquivou-se de aumentar sua arrecadação própria, mesmo tendo grandes ganhos nas transferências de ICMS. Pode-se supor que Mauá e Ribeirão Pires pudessem conseguir também elevar suas receitas próprias, ainda que em menor medida. A pequena Rio Grande da Serra é, mais uma vez, um caso à

parte, dado que além das transferências estaduais, os recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios, federal, são significativos. A localização em área de proteção ambiental, próxima à Serra do Mar, reduz as possibilidades de arrecadação de IPTU em virtude da pequena área urbana do município⁽³⁴⁾.

A elevação das receitas próprias foi consequência não apenas da disposição política das prefeituras, mas também da maior autonomia na área tributária conseguida pelos municípios na Constituição de 1988. Por causa disso, este foi um movimento geral na Região Metropolitana e do Estado, ao contrário do que ocorre em outras regiões do País, onde a liberalidade para a criação de municípios tem provocado o aparecimento de prefeituras sem nenhuma capacidade de se auto-sustentar. No caso da Região Metropolitana, e do ABC em especial, a existência de uma forte base econômica no ABC permite que os municípios sejam capazes de aumentar suas receitas próprias.

TABELA 22

ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO METROPOLITANA E SUB-REGIÃO SUDESTE

PARTICIPAÇÃO DA COTA-PARTE DE ICMS NA RECEITA TOTAL - 1980/91 - EM PORCENTAGEM

MUNICÍPIO	1980	1985	1988	1989	1990	1991
SANTO ANDRÉ	61.2%	52.9%	49.8%	49.4%	52.5%	36.9%
SÃO BERNARDO DO CAMPO	68.0%	59.8%	58.9%	51.2%	53.5%	43.4%
SÃO CAETANO DO SUL	67.5%	61.2%	45.0%	51.9%	50.3%	54.5%
DIADENA	49.8%	59.9%	58.0%	50.8%	59.8%	57.1%
MAUA	61.3%	54.3%	58.8%	58.1%	64.9%	61.2%
RIBEIRÃO PIRES	39.5%	41.2%	28.2%	44.3%	46.1%	47.5%
RIO GRANDE DA SERRA	23.7%	22.8%	24.0%	26.0%	22.7%	nd
SUB-REGIÃO SUDESTE	62.7%	56.6%	53.3%	51.1%	54.5%	46.2%
CAPITAL	32.6%	31.6%	25.6%	36.0%	39.9%	27.6%
REGIÃO METROPOLITANA - OUTROS	48.7%	47.4%	46.4%	42.8%	48.4%	nd
ESTADO DE SÃO PAULO	38.9%	38.2%	32.9%	39.7%	43.9%	nd

Fonte: Fundação SEADE

34 O problema, do ponto de vista fiscal, da localização nas áreas de manancial e proteção ambiental se reproduz, em maior ou menor escala, em todos os municípios da região, com exceção de São Caetano do Sul. O que diferencia Rio Grande da Serra é o tamanho reduzido da sua área urbana e as dificuldades para sua expansão.

A estabilidade e a recuperação econômica, quando vierem, deverão elevar as receitas fiscais. No entanto, nada garante que as transferências de ICMS para as grandes cidades voltarão a crescer, dado o surgimento de dezenas de novos municípios e as recentes mudanças nos critérios de distribuição⁽³⁵⁾. Assim, na nossa opinião, não apenas o ABC, como vários outros municípios da Região Metropolitana, serão obrigados a enfrentar o desafio de sobreviverem com cada vez menos recursos oriundos de transferências. O aumento da arrecadação própria terá de ser definitivo.

TABELA 23

ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO METROPOLITANA E SUB-REGIÃO SUDESTE-
PARTICIPAÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA NA RECEITA TOTAL - 1980/91 - EM %

MUNICÍPIO	1980	1985	1988	1989	1990	1991
DIADEMA	24.6%	26.9%	16.8%	41.0%	26.2%	28.4%
MAUA	24.1%	8.6%	10.0%	20.3%	11.4%	9.9%
RIBEIRÃO PIRES	40.9%	32.5%	14.9%	18.6%	13.0%	22.9%
SANTO ANDRÉ	27.7%	38.1%	34.8%	42.2%	38.5%	53.5%
SÃO BERNARDO DO CAMPO	29.2%	31.7%	31.2%	42.6%	38.2%	47.5%
SÃO CAETANO DO SUL	24.0%	26.2%	43.5%	38.2%	36.4%	32.0%
RIO GRANDE DA SERRA	46.2%	23.7%	18.2%	17.4%	16.5%	nd
SUB-REGIÃO SUDESTE	27.6%	29.1%	28.9%	38.8%	32.8%	41.0%
CAPITAL	50.6%	42.5%	37.7%	51.6%	48.2%	34.3% ⁽³⁶⁾
REGIÃO METROPOLITANA - OUTROS	32.3%	30.2%	25.0%	40.5%	30.2%	nd
ESTADO DE SÃO PAULO	41.5%	35.1%	30.4%	41.5%	34.8%	nd

Fonte: Fundação SEADE

A capacidade dos municípios de substituir, gradativamente, receita de transferências por receitas próprias, reflete-se nos dados de elevação das receitas totais. Apesar da queda ou estabilidade das transferências estaduais, entre 1980 e 1991 todos os municípios da região do ABC conseguiram elevar suas receitas totais.

35 Foi aprovada em 1993 na Assembleia Legislativa lei que altera estes critérios em favor dos pequenos municípios.

36 A queda na participação das receitas próprias do município de São Paulo em 1991, revertendo uma tendência de crescimento, deveu-se aos problemas judiciais enfrentados pela prefeitura daquela cidade em virtude da contestação da cobrança de alíquotas progressivas do IPTU.

TABELA 24
ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO METROPOLITANA E SUB-REGIÃO SUDESTE
RECEITA MUNICIPAL TOTAL - EVOLUÇÃO 1980/91 - 1980 = 100

MUNICÍPIO	1980	1985	1988	1989	1990	1991
SANTO ANDRÉ	100.0	78.4	64.9	100.6	121.5	147.6
SÃO BERNARDO DO CAMPO	100.0	83.6	75.3	119.7	145.5	158.9
SÃO CAETANO DO SUL	100.0	78.8	93.1	113.6	129.8	131.5
DIADEMA	100.0	90.2	99.2	186.2	197.0	188.5
MAUA	100.0	143.0	91.7	139.0	173.7	189.7
RIBEIRÃO PIRES	100.0	122.3	170.6	170.7	198.4	164.7
RIO GRANDE DA SERRA	100.0	161.8	147.3	213.4	306.4	nd
SUB-REGIÃO SUDESTE	100.0	88.4	80.2	123.2	146.1	157.7
CAPITAL	100.0	87.1	100.1	111.0	112.2	144.0
REGIÃO METROPOLITANA - OUTROS	100.0	114.1	120.9	199.1	220.1	nd
ESTADO DE SÃO PAULO	100.0	84.3	80.0	135.6	124.0	nd

Fonte: Fundação SEADE - Deflator: IGP - DI

A desconcentração e a crise são obstáculos intransponíveis para as administrações municipais. A tendência de queda da receita de transferências é uma variável que não pode ser minimizada. Até o momento os municípios da região foram bem sucedidos em reagir à situação. A questão fiscal não é, portanto, um problema insolúvel. No entanto, do lado do gasto o aumento das demandas por serviços públicos decorrente não só do avanço democrático, mas também da deterioração das condições da população, pressiona os orçamentos criando dificuldades adicionais para as administrações.

B. A questão do emprego

Apesar da desconcentração industrial haver se iniciado nos anos 60 e 70 com a instalação das filiais das montadoras no Vale do Paraíba, a criação de novos postos de trabalho no ABC permaneceu em crescimento em virtude dessa desconcentração atingi-lo apenas em termos relativos. Não houve entre 1970 e 1980 um refluxo no emprego na região, apesar de crescer menos que em outras regiões.

A questão do emprego passa a preocupar a partir do início dos anos 80, coincidindo com o começo da recessão. As demissões em massa de trabalhadores começaram na indústria automobilística. Volkswagen, Scania, Mercedes Bens, Ford e General Motors saíram na frente, sinalizando para a indústria de autopeças o caminho a seguir. Pouco depois, as demissões se alastraram para outros setores: Brastemp (eletro-eletrônico), Rhodia (química), etc.

O período entre o segundo semestre de 1980 e 1984 foi o pior para os trabalhadores da indústria automobilística. A produção de automóveis caiu de 1,2 milhão de veículos em 1980 para 780 mil em 1981, 859 mil em 1982, 896 mil em 1983 e 864 mil em 1984 (ANFAVEA, 1992). O emprego acompanhou, caindo de 134 mil trabalhadores em 1980 para 101 mil em 1983 (37). No ramo de autopeças a queda no volume de emprego acompanhou o das montadoras: 278 mil empregados em 1980, 211 mil em 1983.

A involução destes indicadores foi reflexo da queda no faturamento da indústria automobilística. No caso da produção de autoveículos esta redução foi de 23,4% em 1981 em relação à 1980. Isto fez com que a participação da indústria automobilística no PIB caísse de 9,9% em 1980 para 8,6% no ano seguinte, já tendo chegado à 15,3% em 1975 (ANFAVEA, 1992).

A situação não mudou a partir de 1985, como mostram os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pela Fundação SEADE em convênio com o DIEESE (38). Tendo regredido entre 1985 e 1987, a taxa de desemprego voltou a crescer ininterruptamente a partir

37 Não dispomos de dados sobre o emprego da indústria automobilística especificamente no ABC. Em 1980, segundo o Censo Econômico do IBGE, o ABC concentrava 23% do emprego total no ramo de material de transporte. Os dados citados referem-se a empregos na produção de autoveículos - fonte: Anfavea.

38 Não há dados para verificar o nível de emprego a partir de 1985. As informações da RAIS utilizadas no capítulo I para analisar o emprego na Grande São Paulo não estão disponíveis para o ABC especificamente. Já os dados do Ministério do Trabalho oriundos da lei 2493 padecem de problemas metodológicos para sua utilização em estudos regionais (baseiam-se no conceito de empresa e não de estabelecimento, acarretando por vezes a contabilidade do emprego na sede da empresa, e não no local da planta produtiva).

de então. Porém, o grande salto é dado em 1992, quando a taxa sobe de 12,5% para 16,0% em relação à PEA⁽³⁹⁾.

O problema do emprego no ABC deixou de ser um problema conjuntural. O ajuste empreendido pela grande indústria no Brasil atingiu a região de maneira bastante direta. As entrevistas realizadas por Bielschowsky (*apud* Canuto, 1993b: 46) indicaram que as demissões nas empresas transnacionais entre 1990 e 1991 atingiram em média 29% no setor de material de transporte, entre 20% e 23% nos ramos químico, metalúrgico e indústria mecânica. Estes foram os setores mais atingidos pela redução do emprego, a maior parte decorrente de mudanças estruturais segundo os entrevistados. Ou seja, os ramos mais importantes da estrutura industrial do ABC foram os que apresentaram maior queda no emprego devido ao ajuste à abertura comercial.

TABELA 25
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO SITUAÇÃO OCUPACIONAL
SUB-REGIÃO SUDESTE DA GRANDE SÃO PAULO - 1985/93

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
PEA	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
DESEMPREGADOS	12.9%	9.9%	9.5%	10.7%	9.0%	10.9%	12.5%	16.0%	16.6%
ABERTO	8.2%	6.5%	6.4%	8.2%	6.8%	8.0%	8.7%	10.0%	9.7%
OCULTO	4.7%	3.5%	3.1%	2.5%	2.1%	2.9%	3.9%	6.0%	6.8%
PELO TRABALHO PRECÁRIO	3.1%	1.8%	1.7%	1.5%	1.5%	2.0%	2.8%	4.5%	5.5%
PELO DESALENTO	1.6%	1.6%	1.4%	1.0%	0.6%	1.0%	1.0%	1.4%	1.3%
OCUPADOS	87.1%	90.1%	90.5%	89.3%	91.0%	89.1%	87.5%	84.0%	83.4%
OCUPADOS NA INDÚSTRIA	40.5%	44.4%	41.9%	41.0%	40.8%	38.8%	33.8%	30.8%	28.4%
DA REGIÃO	nd	nd	nd	30.5%	33.4%	31.6%	27.2%	24.8%	23.3%

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - SEADE/DIEESE

O problema do emprego no ABC se agrava com a utilização crescente de estratégias de desverticalização e especialização por parte das grandes empresas transnacionais localizadas no ABC, principalmente no setor automobilístico. Ao abandonar parte de

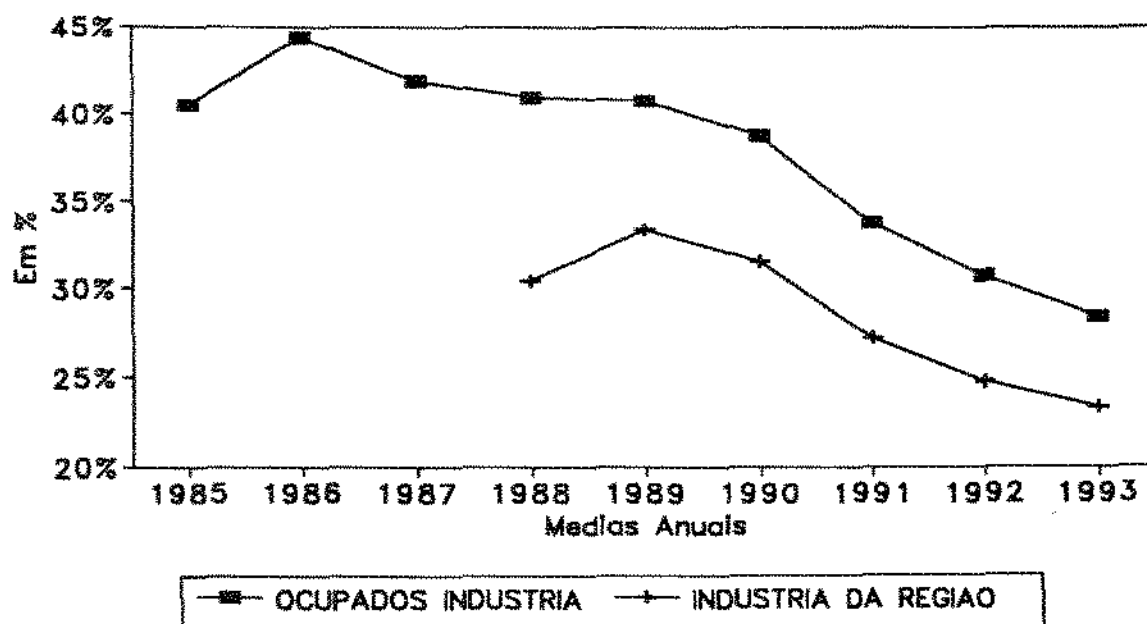
39 A taxa de desemprego em relação à PEA pode refletir não apenas mudanças conjunturais e estruturais da economia, como também na entrada de maior contingente populacional no mercado de trabalho. Este não é o caso do ABC, pois a população inativa manteve-se em cerca de 40% da população em idade ativa (PIA) entre 1985 e 1993.

suas linhas produtivas, passam a recorrer a importações ou a compras de outras empresas, muitas vezes localizadas fora da região. Em qualquer dos casos, o resultado final é a redução do emprego.

A dramaticidade da questão do emprego aparece de maneira clara nos dados referentes aos ocupados na indústria, que caem de 40,5% da PEA em 1985 para 28,4% em 1993. E neste último ano, apesar da indústria brasileira crescer 9% e a indústria automobilística bater seu recorde histórico de produção, os ocupados na indústria caíram 1,4%. A ocupação na indústria da região acompanha o movimento geral. O gráfico 3 ilustra bem esta situação, cujas conseqüências sociais mais nefastas ainda estão por vir.

Gráfico 3

Região do ABC – Ocupados na Indústria Em relação à PEA



VI. CONCLUSÕES

Na década de 80 e nos primeiros anos 90 assistiu-se a algumas mudanças na economia brasileira e paulista. O ajuste porque passa a indústria brasileira tem aumentado a produtividade, porém à custa do emprego. Este aumento de produtividade vem sendo objeto de uma polêmica envolvendo economistas, entidades empresariais e sindicatos. Alegam os representantes dos trabalhadores que parte do crescimento dos índices de produtividade está "camuflando" uma intensificação da jornada de trabalho através do aumento excessivo no número de horas-extras.

A Região Metropolitana de São Paulo não ficou fora do processo. Ao contrário, grandes empresas localizadas na região, de modo semelhante, conseguiram aumentar a produtividade, porém às custas do emprego e das atividades de tecnologia superior. Porém, tal comportamento não foi homogêneo.

A queda na participação da indústria metropolitana no total do Valor Adicionado na indústria de transformação paulista não significa um sinal de decadência. A indústria localizada na Grande São Paulo manteve seu dinamismo, não só porque se "modernizou", mas também porque algumas empresas preferiram manter ou expandir suas unidades na região apesar da desconcentração industrial.

Enfim, o nível de emprego caiu, a heterogeneidade estrutural amplificou-se, a infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações se deteriorou. Portanto, os problemas da indústria da Região Metropolitana de São Paulo são os mesmos do restante da economia brasileira. Ademais não contou com incentivos fiscais ou com grandes investimentos estaduais (40) ou federais. Entretanto prosseguiu o mais importante centro industrial do País em praticamente todos os setores.

40 Pesquisa realizada pela FIESP em 1991 entre empresas que desconcentraram a produção para outros estados indicam que 74,9% das empresas consideraram os incentivos fiscais estaduais de importância grande ou decisiva para a desconcentração.

A indústria da Grande São Paulo não pode ser tomada como um todo uniforme. Pelo menos três distinções são possíveis e necessárias: Capital, ABC e outros. No município de São Paulo a indústria nitidamente desconcentrou-se. A indústria do ABC teve aparentemente um comportamento muito mais influenciado pela crise econômica do que pela desconcentração industrial. Quanto aos restantes, em especial os da sub-região Noroeste, houve um razoável crescimento industrial proporcionado pela desconcentração da indústria da Capital.

O desempenho da indústria da região depende muito mais de uma política industrial e tecnológica e de crédito para investimentos, do que de políticas de incentivos fiscais de natureza locacional. O porte da indústria da Grande São Paulo e sua complexidade estrutural a tornam única no País. Mesmo decrescendo sua importância persiste fora do horizonte como estagnada ou decadente.

O ABC, apesar de integrante da Grande São Paulo, tem alguns aspectos particulares. Destaca-se pelo peso que a indústria de material de transporte tem em sua estrutura industrial, pela industrialização precoce e pela qualidade de sua mão-de-obra, apontada em diversas entrevistas como fator determinante para a escolha da região como sede de inúmeras empresas. Além disso, foi nesta região que surgiu o moderno sindicalismo brasileiro no começo dos anos 80.

A eclosão das greves operárias a partir do final da década de 70 levou alguns economistas, empresários e políticos a estabelecer elos entre a baixa atratividade da região para novas indústrias e os movimentos de trabalhadores. Na nossa opinião, a crise econômica e o ajuste deram maior visibilidade à desconcentração industrial no ABC que já se iniciara nas décadas passadas. A atividade sindical da região não se diferencia, em profundidade, da exercida em Campinas ou no Vale do Paraíba em São Paulo, Betim em Minas Gerais ou em Canoas no Rio Grande do Sul. A reunião do movimento sindical em torno de grandes centrais tem, mais ou menos, uniformizado as pautas de reivindicações.

É inegável que o ativismo sindical da região exerce sobre pequenas e médias empresas de determinados setores, especialmente aqueles que não dependem de mão-de-obra qualificada, uma certa pressão no sentido de "expulsão" da região. No entanto, esta é uma razão secundária na questão da desconcentração.

Ao contrário do que a imprensa e alguns políticos conservadores da região alardeiam, não é a "fuga" de indústrias a principal responsável pelos problemas enfrentados pelo ABC nos últimos catorze ou quinze anos. A crise atingiu a região de maneira drástica. Além do fechamento de pequenas e médias empresas, decorrente da diminuição das vendas e das altas taxas de juros vigentes durante toda a década (cujos impactos mais nefastos foram em seu início), também o aumento da capacidade ociosa das grandes empresas e o enxugamento de suas estruturas criou a princípio um grande desemprego na região.

No começo dos anos 90, com a intensificação das mudanças técnicas e administrativas que marcaram o ajuste da indústria brasileira à abertura externa, o problema de emprego agravou-se, pois a retomada do crescimento industrial em 1993 não foi acompanhada por um aumento no nível de emprego.

BIBLIOGRAFIA

ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos e Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas

sd. Conheça a ABIMAQ e o Sindimaq, São Paulo.

ANDRADE, Margarida Maria

1979 Diadema: uma área de expansão da indústria na metrópole paulistana Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da FFCL-USP. São Paulo, mimeo, 175p.

ANDRADE, Marcelo M.T.de & RIBEIRO F^o, Rail

1991 Cenários de desenvolvimeto do interior do Estado do São Paulo para o ano 2000. Revista de Administração, São Paulo, vol.26, n.3, p.23-31, julho/setembro 1991.

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

1992 Indústria Automobilística Brasileira - Anuário Estatístico, São Paulo

ARAÚJO, Maria de Fátima Infante

1992 Os cem últimos anos na história da cidade e a formação da Grande São Paulo. SÃO PAULO - Secretaria de Planejamento e Gestão - Fundação SEADE, São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo, vol. 6 pp.17-54.

ARAÚJO, Maria Fátima Infante & PACHECO, Carlos Américo

1992 A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas 70-80. SÃO PAULO - Secretaria de Planejamento e Gestão - Fundação SEADE, São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo, vol. 6 pp.55-94.

AZZONI, Carlos Roberto

1985 Aspectos e Evolução Industrial de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com destaque para o caso paulista. Onde produzir? Aplicações da Teoria da Localização no Brasil. São Paulo, IPE-USP, pp.230-267.

1985 Classificação dos setores industriais segundo suas orientações locacionais. Onde produzir? Aplicações da Teoria da Localização no Brasil. São Paulo, IPE-USP, pp.149-203.

1986 Indústria e reversão da polarização no Brasil. São Paulo, IPE-USP, 176p.

AZZONI, Carlos Roberto & VIEIRA, Claudio A.

1985 Fatores determinantes das escolhas locacionais em São Paulo. Onde produzir? Aplicações da Teoria da Localização no Brasil. São Paulo, IPE-USP, pp.203-229.

CANO, Wilson

1983 Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2ª ed. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983, 318p.

1985 Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970. São Paulo, Global Editora, 369p.

1988a Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Olinda, 1988. Anais. Belo Horizonte, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, vol.2, pp.67-100.

1988b Subsídios para a reformulação das políticas de descentralização no Estado de São Paulo. SÃO PAULO - SEP - Fundação SEADE, A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, vol.1.1, pp.107-132.

1989 Reestruturação internacional e repercussões inter-regionais nos países subdesenvolvidos: reflexões sobre o caso brasileiros. Campinas, mimeo.

1991 Concentración, desconcentración y descentralización en Brasil. Campinas, mimeo, 21 pp.

CANO, Wilson et alii

1988 O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). SÃO PAULO - SEP - Fundação SEADE, A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, vol.1.1, pp.1-106.

1991 Economia regional: diagnóstico e cenários. SANTO ANDRÉ - Prefeitura Municipal, Plano Diretor de Santo André. Santo André, 110p.

1992 O processo de urbanização paulista no período 1970-89. SÃO PAULO - Secretaria de Planejamento e Gestão - Fundação SEADE, São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo, vol.5, 105p.

CANUTO, Otaviano

1993a Aprendizado Tecnológico na Industrialização Tardia. Economia e Sociedade, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas.

1993b Investimento Direto Externo e Reestruturação Industrial - Texto para Discussão nº 27 - Instituto de Economia, UNICAMP - Agosto/1993.

CASTRO, Nadya Araujo

1993 Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro Novos Estudos, São Paulo, nº 37 novembro 1993, CEBRAP.

COSTA, Wanderley Messias da

1982 O processo contemporâneo de Industrialização (um estudo sobre a expansão da produção industrial paulista). Dissertação de mestrado apresentada ao Depto de Geografia da FFCL-USP, São Paulo, mimeo.

COUTINHO, Luciano

1992 A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica. Economia e Sociedade, Campinas, nº 1 Agosto 1992, Instituto de Economia da UNICAMP

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E ESTATÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS

1993 Pesquisa DIEESE: Terceirização. São Paulo.

DINIZ, Clélio Campolina

1991 Desenvolvimento poligonal no Brasil - nem desconcentração nem contínua polarização. Rio de Janeiro, 53 pp., mimeo.

EMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A.

- 1984 Região Metropolitana de São Paulo - Legislação para Implantação de Projetos, Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos.

FIESP - Federação das Indústrias de São Paulo

- 1991 Uma análise das alterações do padrão espacial da indústria brasileira nos anos 80. São Paulo, mimeo, 54 pp.

FUNDAP - Fundação de Desenvolvimento Administrativo

- 1993 Evolução da Receita e da Despesa dos Municípios da Região Metropolitana da Grande São Paulo: 1980/1990, Fundap, São Paulo, 97 pp.

FRENCH, John

- 1985 Industrial workers and the origin of populist politics in the ABC region on Greater São Paulo - Brazil - 1960-1950. Tese apresentada à Faculty of Graduate School of Yale University para a obtenção do grau de PhD, University Microfilms International, 2 vols.

FRICK, Oscar Osvaldo

- 1991 Reflexões sobre a desconcentração industrial em São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Economia da FEA - USP, São Paulo, 176 pp., mimeo.

FURTADO, André

- 1982 Desconcentração Industrial em São Paulo. São Paulo, mimeo

GUIMARÃES, Eduardo Augusto

- 1989 A indústria automobilística brasileira na década de 80. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, vol.19(2), pp.347-378, agosto 1989.

LANGENBUCH, Juergen Richard

- 1973 Estruturação da Grande São Paulo. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 353p.

LESSA, Carlos

- 1980 A estratégia de desenvolvimento de 1974-76: sonho e fracasso. Tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro em concurso para Professor Titular de Economia Brasileira.

LIPIETZ, Alain e LEBORGNE, Danièle

- 1988 O Pós Fordismo e seu Espaço. Espaço & Debates nº 25, ano VIII, São Paulo.

MELLO, João Manuel Cardoso de

- 1982 O Capitalismo Tardio. São Paulo, Editora Brasiliense, 182 pp.

NEGRI, Barjas

- 1988 A interiorização da indústria paulista (1920-1980). SÃO PAULO - SEP - Fundação SEADE, A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, vol.1.2,
- 1992 A indústria de transformação no Estado de São Paulo (1970-89). SÃO PAULO - Secretaria de Planejamento e Gestão - Fundação SEADE, São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo, vol.3, pp.15-81.

PACHECO, Carlos Américo

- 1988 Urbanização e alterações na estrutura ocupacional: uma avaliação preliminar das transformações nas cidades médias paulistas entre 1970 e 1980. VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Olinda, 1988. Anais. Belo Horizonte, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, vol.2, pp.395-436.

RATTNER, Henrique

- 1968 Localização da Indústria e concentração econômica em São Paulo. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP). São Paulo, mimeo, 2 vols.

SALM, Claudio e FOGAÇA, Azuete

- 1992 Desenvolvimento de recursos humanos e novas necessidades educacionais. Economia e Sociedade, Campinas, nº 1, agosto 1992, Instituto de Economia da UNICAMP.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA

- 1992 Reestruturação do complexo automotivo brasileiro: as propostas dos trabalhadores na Câmara Setorial. São Bernardo do Campos, 46p.

SINDIPEÇAS - SINDICATO NACIONAL DOS FABRICANTES DE AUTOPEÇAS

- 1993 Desempenho do setor de autopeças - 1974/1992 - São Paulo.

SUZIGAN, Wilson

- 1992 A política industrial brasileira após uma década de estagnação. Economia e Sociedade, Campinas, nº 1 Agosto 1992, Instituto de Economia da UNICAMP.

TAVARES, Maria da Conceição

- 1993a Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais: a modernização conservadora. Tavares, M.C. & Fiori, J.L. Desajuste Global e Modernização Conservadora, São Paulo, Editora Paz e Terra, 193 pp.
- 1993b As Políticas de Ajuste no Brasil: os limites da resistência. Tavares, M.C. & Fiori, J.L. Desajuste Global e Modernização Conservadora, São Paulo, Editora Paz e Terra, 193 pp.

Periódicos

Diário do Grande ABC - vários números

Gazeta Mercantil - vários números.

Sumário de Dados da Grande São Paulo - 1990 - EMPLASA

Perfil Municipal 1993 - Fundação SEADE.

Indicadores IESP - vários números.